

**Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.**  
 CNPJ/MF nº 18.483.666/0001-03

**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	46.822	167.871	54.233	187.310
Caixa restrito		27.433	-	27.433	-
Contas a receber de clientes	5	112.845	127.990	123.004	128.891
Partes relacionadas		-	633	-	851
Estoques	6	7.514	97.795	7.514	97.886
Instrumentos financeiros derivativos	21	13.621	57.002	19.551	91.508
Impostos a recuperar	7	76.002	59.980	76.062	60.074
Despesas a apropriar		246	5.652	274	7.825
Outros ativos circulantes		21.347	5.105	21.347	10.775
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>305.830</b>	<b>522.028</b>	<b>329.418</b>	<b>585.120</b>
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar		-	-	-	-
Depósitos judiciais	6	57.813	9.200	57.813	9.200
Outros ativos não circulantes		1.116	5.499	1.116	5.508
<b>Total Realizável a longo prazo</b>		<b>58.929</b>	<b>15.411</b>	<b>58.929</b>	<b>15.420</b>
<b>Não circulante</b>					
IRPJ e contribuição social diferidos	12	15.570	-	17.016	7.360
Investimentos	8	375.634	359.433	354.201	374.484
Direito de uso		355	936	689	936
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>391.559</b>	<b>360.369</b>	<b>371.906</b>	<b>382.780</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>756.318</b>	<b>897.808</b>	<b>760.253</b>	<b>983.320</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonsções dos Resultados Abrangentes**

	Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro/ (Prejuízo) líquido do período	(81.577)	26.436	(78.792)	27.342
<b>Total de resultado abrangente do período líquido de impostos</b>	<b>(81.577)</b>	<b>26.436</b>	<b>(78.792)</b>	<b>27.342</b>
Tributável aos:				
Acionistas controladores	(81.577)	26.436	(81.577)	26.436
Acionistas não controladores	-	-	-	906
<b>Total do resultado líquido atribuível aos acionistas</b>	<b>(81.577)</b>	<b>26.436</b>	<b>(81.577)</b>	<b>27.342</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonsções das Mutações do Patrimônio Líquido – Períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 (Em milhares de Reais)**

	Reservas de capital		Reservas de Lucros		Participação de não controladores	Total
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>69.136</b>	<b>6.030</b>	<b>13.107</b>	<b>58.909</b>	<b>70.907</b>	<b>208.518</b>
Lucro líquido do período (Nota 14)	-	-	-	-	26.436	27.342
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	720	(720)
Reversão de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	(135)	-	(135)
Recuperação de ações	(3.262)	-	-	-	(3.262)	(3.262)
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Nota 14)	-	-	-	21.052	(21.052)	-
Distribuição de lucros (Nota 14)	-	-	-	(4.799)	(4.799)	(4.799)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>69.136</b>	<b>6.030</b>	<b>13.827</b>	<b>79.826</b>	<b>71.813</b>	<b>227.799</b>
Prejuízo líquido do período (Nota 14)	-	-	-	-	(81.577)	(81.577)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(7.744)	(7,744)
Aumento de capital social	79.826	-	-	(79.826)	-	-
Recuperação de ações outorgadas	-	(1.503)	-	-	(1,503)	(1,503)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>148.962</b>	<b>6.030</b>	<b>13.827</b>	<b>-</b>	<b>72.906</b>	<b>66.854</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional** – A Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A. ("Companhia" ou "Humberg Agribrasil"), cuja atividade iniciou em 15 de julho de 2013, constituída, originalmente, como uma empresa limitada com prazo de duração indeterminado, que teve seu contrato social registrado perante JUCESP, sob o NIRE 3.522.770.580-6, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.483.666/0001-03, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano nº 960, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002. As atuais atividades da Companhia são as seguintes: exportar, distribuir, comprar, vender, revender, comercializar e transportar, por conta própria ou de terceiros, produtos alimentícios em geral, incluindo, dentre outros, grãos, farinhas, fibras e sementes; (ii) importar, exportar, distribuir, comprar, vender, revender, comercializar e transportar, por conta própria ou de terceiros, produtos agrícolas; (iii) vender, comprar e revender commodities; (iv) participar em outras sociedades civis ou agrícolas, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; e (v) a representar sociedades nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros. Em 31 de dezembro de 2025, a controladora apresentava capital circulante líquido negativo de R\$335.954 (R\$109.373 negativo em 31 de dezembro de 2024). No mesmo período, o capital circulante líquido consolidado era negativo em R\$248.871 (R\$59.712 negativo em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades operacionais também apresentou saldo negativo no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$216.801 na controladora (R\$170.376 positivo em 31 de dezembro de 2024). No consolidado, o fluxo de caixa operacional foi negativo em R\$223.820 (R\$183.859 positivo em 31 de dezembro de 2024). A Companhia registrou um prejuízo no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$81.577 (R\$26.436 positivo em 31 de dezembro de 2024). No consolidado o resultado foi negativo de R\$78.792 (R\$27.344 positivo em 31 de dezembro de 2024). Esse movimento reflete principalmente alterações no capital de giro operacional ao longo do exercício, influenciadas pelo menor volume de operações comerciais no segundo semestre de 2025, bem como pela dinâmica de liquidação de contratos e posições comerciais relacionadas às atividades de trading e exportação de grãos. Durante o período, a Companhia também registrou redução no ritmo de originação e embarques, impactando temporariamente o ciclo de conversão de caixa e a geração operacional. Adicionalmente, fatores de mercado que afetaram o setor de exportação de commodities agrícolas ao longo de 2025, incluindo condições comerciais menos favoráveis e menor participação no mercado em determinados períodos, contribuíram para a redução do fluxo operacional no exercício. Em 31 de julho, o acionista controlador firmou instrumento de alienação da totalidade das ações da Companhia para a MF Solaris Commodities Holding ("Solaris"), a qual, por sua vez, é controlada por um fundo soberano de Omã, com atuação global em commodities agrícolas, figurando entre os cinco maiores traders de commodities agrícolas. A estratégia do grupo Solaris está voltada à criação de valor de ativos ao longo da cadeia de suprimentos, com foco na ampliação e no fortalecimento de suas operações de comercialização de commodities agrícolas. Nesse contexto, a aquisição da Companhia visa expandir a presença da Solaris no mercado brasileiro de comercialização de milho e soja, bem como assegurar acesso à infraestrutura logística portuária, além de contribuir para a diversificação de seu portfólio de commodities e o fortalecimento de sua atuação global, incluindo iniciativas relacionadas à segurança alimentar. Como parte das condições contratuais da transação, a Solaris comprometeu-se a realizar aporte de recursos mediante aumento de capital na Companhia, destinado, substancialmente, à liquidação de obrigações financeiras junto ao Banco do Brasil. Essa capitalização deverá resultar em redução relevante do nível de endividamento financeiro da Companhia. A conclusão da referida aquisição ocorreu em 8 de janeiro de 2026, conforme detalhado na Nota de Eventos Subsequentes. **2. Base de preparação** – **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 – Evidência na Divulgação dos Relatórios Contábeis-Financeiros de Propósito Geral, a Companhia evidencia nas demonstrações financeiras todas as informações relevantes próprias dessas demonstrações e somente elas, as quais correspondem às informações utilizadas pela Administração na condução e gestão dos negócios da Companhia. Para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento, por entender que representam custos diretamente relacionados à obtenção de recursos financeiros, em conformidade com as disposições aplicáveis das normas contábeis vigentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela Administração em 30 de março de 2026. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda de apresentação e funcional da Companhia. A moeda funcional de cada entidade do Grupo é determinada com base na moeda do ambiente econômico principal no qual a respectiva entidade opera, considerando, entre outros fatores, a moeda que influencia principalmente os preços de venda de produtos e serviços, os custos operacionais e a moeda na qual são gerados e liquidados os fluxos de caixa. A controladora e de sua subsidiária, sediada no Brasil e Suíça respectivamente, possui como moeda funcional o Real (R\$), refletindo o ambiente econômico no qual conduz uma maior parte de suas operações, incluindo despesas operacionais, estrutura administrativa e financiamento. Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da controladora, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação das demonstrações financeiras são reconvertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado. **a)** Empresa do Grupo com outra moeda funcional: O resultado e a posição financeira da subsidiária localizada na Suíça, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos para a moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio. (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do balanço patrimonial são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 12 – Tributos diferidos sobre os lucros; a Companhia e o Grupo realizam julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. (ii) **Uso de estimativas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Essas estimativas

são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. As informações sobre as incertezas relacionadas às estimativas e premissas em 31 de dezembro de 2025, que apresentam um risco significativo, com probabilidade de resultar em um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. Nota explicativa nº 3 – Mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber: Principais premissas: na determinação da taxa média ponderada de perda; Nota explicativa nº 3 – Créditos tributários: Avaliação, reconhecimento, mensuração e recuperação; Nota explicativa nº 3 – Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos: metodologia de cálculo e de premissas de mercado. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** (iii) **Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros:** Ao mensurar o valor justo de ativos e passivos financeiros, a Companhia utiliza, sempre que possível, dados observáveis de mercado. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação, conforme segue: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2:** dados observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1; • **Nível 3:** dados não observáveis de mercado utilizados na mensuração do ativo ou passivo. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser determinado com base em preços cotados em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxo de caixa descontado ou outros métodos de precificação amplamente aceitos. Os inputs utilizados nos modelos são obtidos, sempre que possível, de informações observáveis de mercado. Quando tais dados não estão disponíveis, é necessário utilizar julgamentos da Administração para estimar os valores justos aplicáveis. **2.4. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia não teve qualquer alteração em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **2.5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes novas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento e de atividades de transação. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração ("MPMs") são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **2.6. Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: **Contratos de eletricidade relacionados à geração de energia (IFRS 9 e IFRS 7):** A classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e estoques, que foram mensurados pelo valor justo, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações. **3. Políticas contábeis materiais** – A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo quando indicado de outra forma. **a) Base de consolidação:** **1. Controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas na data-base do balanço. Controladas são entidades sobre as quais a Companhia exerce controle. Controle é obtido quando a Companhia possui poder sobre a investida, exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. Os resultados e cada componente de outros resultados abrangentes das controladas são atribuídos aos acionistas controladores. Transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminadas integralmente na consolidação. As demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **1. Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo possui influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mudanças das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. **b) Reconhecimento de receitas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos e tributos incidentes sobre vendas. No caso da venda de commodities agrícolas, a receita é reconhecida quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente, o que normalmente ocorre no momento da entrega física ou conforme os termos contratuais de embarque. Receitas e despesas financeiras são reconhecidas utilizando o método da taxa efetiva de juros. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento original inferior a três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com o objetivo de atender compromissos de caixa de curto prazo. **d) Contas a receber de clientes:** Contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação a receber. Subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de provisões para perdas de crédito esperadas, quando aplicável. A Companhia utiliza o modelo simplificado de perdas de crédito esperadas para mensurar a provisão para perdas em contas a receber de clientes. **e) Estoques:** Os estoques de commodities agrícolas são mensurados ao valor justo menos custos de venda, com base em preços de mercado observáveis nas bolsas de commodities relevantes. As variações de valor justo desses estoques são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Custo das commodities vendidas". Quebras operacionais estimadas são registradas com base em percentuais históricos e condições contratuais aplicáveis às operações logísticas. **f) Imobilizado:** Itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Benefícios em propriedades arrendadas e equipamentos de tecnologia da informação representam os principais ativos imobilizados da Companhia. Ativos em construção não são depreciados até que estejam disponíveis para uso. Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos qualificados são capitalizados. **g) imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:** **I. imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente, relacionados às empresas localizadas no Brasil, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável

**Demonsções dos Resultados – Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais, exceto lucro (prejuízo) por ação em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	15	3.030.532	1.987.861	3.648.124	2.191.955
Custo dos produtos vendidos	16	(2.998.630)	(1.859.895)	(3.565.543)	(2.032.905)
<b>Lucro bruto</b>		<b>31.902</b>	<b>127.966</b>	<b>82.581</b>	<b>159.050</b>
Despesas (receitas) operacionais	17	(144.599)	(41.898)	(153.905)	(50.261)
Despesas gerais e administrativas	8	48.214	38.190	14.679	23.573
Resultado de equivalência patrimonial	18	8.046	8.038	8.046	8.038
<b>Outros resultados operacionais</b>					
<b>Lucro antes do resultado financeiro e do IRPJ e CSLL</b>		<b>(56.437)</b>	<b>132.296</b>	<b>(48.599)</b>	<b>140.400</b>
Receitas financeiras		9.994	14.087	10.065	14.240
Despesas financeiras		(102.277)	(54.372)	(105.473)	(67.007)
Resultado de variação cambial líquida		27.661	(48.822)	31.648	(40.423)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>19</b>	<b>(64.622)</b>	<b>(89.107)</b>	<b>(63.760)</b>	<b>(93.190)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>(121.059)</b>	<b>(43.189)</b>	<b>(112.359)</b>	<b>47.210</b>
IRPJ e CSLL corrente	12	(3.012)	(2.452)	(3.012)	(2.452)
IRPJ e CSLL diferido	12	42.494	(14.301)	36.579	(17.416)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>		<b>(81.577)</b>	<b>26.436</b>	<b>(78.792)</b>	<b>27.342</b>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(81.577)	26.436	(81,577)	26.436
Acionistas não controladores		-	-	-	2.785
Resultado por ação básico e diluído – em R\$	14	(0,90)	0,29	(0,90)	0,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonsções dos Fluxos de Caixa**

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro (prejuízo) líquido do período		(81.577)	26.436	(78.792)	27.342
Ajustes para reconciliar o lucro com o fluxo de caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	17	803	1.444	864	1.444
Provisão para perdas de crédito esperadas	4	87.523	-	87.603	-
Salários e encargos sociais	10	(4.637)	2.377	(4.637)	2.377
Resultado de equivalência patrimonial	8	(48.214)	(37.839)	(14.679)	(23.573)
Variação cambial s/ empréstimos	10	(10.305)	17.969	(10.314)	23.969
Variação cambial s/ mútuos	13	(51)	-	-	-
Juros provisionados s/ empréstimos	10	36.008	31.506	37.482	32.377
Juros provisionados s/ mútuos	13	1.326	-	-	-
Marcação a mercado dos estoques	16	15.398	(11.173)	15.398	(11.173)
Instrumentos financeiros derivativos líquidos					
não realizados	21	11.618	18.608	31.518	7.771
Depreciação e amortização de mais valia	16	-	15.200	-	18.765
Resultado na venda de participações societárias		-	1.009	-	470
Comissões sobre empréstimos	10	1.403	-	1.403	-
IRPJ e contribuições sociais diferidos	12	(42.494)	16.444	(36.586)	19.560
<b>Redução (aumento) em ativos operacionais</b>		<b>(33.199)</b>	<b>81.981</b>	<b>29.260</b>	<b>99.330</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>(139.984)</b>	<b>(38.520)</b>	<b>(81.716)</b>	<b>11.518</b>
Partes relacionadas		633	(13.462)	851	(571)
Estoques	6	79.520	(1.868)	79.611	3.428
Impostos a recuperar	7	(60.404)	(8.460)	(60.371)	(10.594)
Despesas a apropriar		5.406	(2.814)	7.551	(4,987)
Depósitos judiciais		712	(712)	712	(712)
Outros ativos		(			

... continuação

### Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia que até o momento são baixas. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A provisão foi constituída para contas ainda não vendidas devido a verificação de deterioração de crédito de determinados clientes. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. Mapa das movimentações de perda de crédito esperadas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Perdas de crédito esperadas	(853)	(87.523)	(88.376)	(88.376)
<b>Total</b>	<b>(853)</b>	<b>(87.523)</b>	<b>(88.376)</b>	<b>(88.376)</b>
Perdas de crédito esperadas	(853)	(87.603)	(88.456)	(88.456)
<b>Total</b>	<b>(853)</b>	<b>(87.603)</b>	<b>(88.456)</b>	<b>(88.456)</b>

Em outubro de 2023, a Companhia realizou a venda de um navio carregado de milho para um cliente no exterior. Após diversas tentativas infrutíferas de recebimento, foi necessário recorrer ao processo arbitral para resolução do litígio. O processo foi concluído no último trimestre do ano anterior, com decisão favorável à Companhia. Contudo, o credor recorreu à justiça comum, tendo seus recursos negados. Em sequência, o credor apresentou novo recurso em uma instância superior da justiça comum. Em decorrência dessa evolução no processo, a Companhia verificou que o valor bloqueado nas contas suíças do devedor é significativamente inferior ao montante estimado nas Demonstrações Financeiras do credor. Em virtude disso, e com base nos princípios de prudência e no modelo de perda de crédito esperadas (CPC 48/IFRS 9), a Companhia revisou suas estimativas de recuperação e, para refletir a nova expectativa de realização do crédito, reconheceu uma provisão no valor de R\$ 87.371. A Companhia permanece acompanhando o processo e adotando medidas para identificação e constrição de ativos adicionais do devedor, podendo revisar suas estimativas de recuperação caso novas evidências venham a ser identificadas. Adicionalmente, a Companhia identificou devedores no montante de R\$ 152, relacionados a operações no mercado interno, o que impactou a matriz de perda esperadas, tornando necessária a constituição de provisão.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados				
Milho	621	70.043	621	70.043
Soja	219	160	219	160
Fertilizantes	11	-	11	-
Adiantamentos a fornecedores (*)	6.663	32.229	6.663	32.320
Provisão para quebra de estoques	-	(4.637)	-	(4.637)
<b>Total</b>	<b>7.514</b>	<b>97.795</b>	<b>7.514</b>	<b>97.886</b>

(\*) Adiantamentos efetuados a produtores de grãos para assegurar a compra de mercadorias, estão classificados no ativo circulante, conforme expectativa de realização. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 – Contexto Operacional, a redução na posição de estoques decorre do menor volume de operações no segundo semestre de 2025, bem como da liquidação de contratos relacionados às atividades de trading e exportação de grãos.

#### 7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS	10.621	9.509	10.621	9.509
COFINS	44.802	44.578	44.802	44.578
ICMS	1.845	1.515	1.845	1.515
IRRF	1.943	1.776	1.956	1.776
CSLL	1	-	1	-
Antecipação IRPJ	12.485	1.454	12.531	1.480
Antecipação CSLL	4.290	1.135	4.291	1.134

(b) As principais movimentações dos investimentos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas no quadro a seguir:

#### (i) Controladora

	Saldos em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Aporte de Capital	Dividendos	Saldos em 31/12/2025
Investimento – controladas	50.391	36.332	-	-	86.723
Agribrasil Global Markets S.A.	(9)	12	1.000	-	1.003
Humberg Agribrasil Fertilizantes Ltda.	114.136	27.070	80	(33.093)	108.193
Nityam Empreendimentos e Participações S.A.	183.651	(10.400)	-	-	173.251
Ativos Intangíveis – coligada	11.264	(4.800)	-	-	6.464
Mais valia ativo imobilizado – coligada	359.433	48.214	1.080	(33.093)	375.634

#### (ii) Consolidado – Coligadas

	Saldos em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aporte de Capital	Saldos em 31/12/2025
Investimento – coligadas	15.520	6.832	(6.453)	268	16.167
Porto Novo Participações S/A	18.687	4.524	(2.501)	-	20.710
WRC Operadores Portuários S/A	48.593	22.089	(26.276)	-	44.406
TESC Terminal Sta Catarina S/A	13.906	(5.926)	-	-	7.980
Mais valia ativo imobilizado – TESC	277.778	(12.840)	-	-	264.938
Ativo intangíveis – TESC	374.484	14.679	(35.230)	268	354.201

#### Controladora

	Saldos em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aporte de Capital	Dividendos	Saldos em 31/12/2024
Investimento – controladas	31.254	19.137	-	-	50.391
Agribrasil Global Markets S.A.	19.060	19.060	-	-	114.136
Nityam Empreendimentos e Participações S.A.	(1)	(8)	-	-	(9)
Humberg Agribrasil Fertilizantes Ltda.	470	819	-	(470)	819
Porto Novo Participações S/A	194.051	(10.400)	-	-	183.651
Ativos Intangíveis – coligada	16.064	(4.800)	-	-	11.264
Mais valia ativo imobilizado – coligada	337.733	22.639	70	(1.009)	359.433

#### Consolidado – Coligadas

	Saldos em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aporte de Capital	Saldos em 31/12/2024
Investimento – coligadas	12.637	4.827	(1.944)	-	15.520
Porto Novo Participações S.A.	16.934	1.753	-	-	18.687
WRC Operadores Portuários S/A	470	(470)	-	-	470
Portoeste Terminal Portuário	35.326	16.994	(3.727)	-	48.593
TESC Terminal Sta Catarina S/A	19.832	(5.926)	-	-	13.906
Mais valia ativo imobilizado – coligada	290.618	(12.840)	-	-	277.778
Ativo intangíveis – coligada	375.817	4.338	(5.671)	-	374.484

Os principais saldos de investimentos em participações societárias diretas, em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, desconsiderando os efeitos de mais valia gerados na aquisição, estão demonstrados a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Recitas	Despesas/ Custos
<b>Controladas</b>							
Agribrasil Global Markets S.A.	119.910	1.780	34.652	314	50.391	1.136.000	(1.099.667)
Nityam Empreendimentos e Participações S.A.	828	132.750	6	-	100.152	-	33.420
Humberg Agribrasil Fertilizantes Ltda.	1.014	-	11	-	992	-	11
<b>Total</b>	<b>121.752</b>	<b>134.530</b>	<b>34.669</b>	<b>314</b>	<b>151.535</b>	<b>1.136.000</b>	<b>(1.066.236)</b>
<b>Coligadas</b>							
Porto Novo Participações S.A.	65	65.120	5	2.821	36.007	-	26.352
WRC Operadores Portuários S/A	18.928	49.943	5.569	16.879	37.374	44.522	(35.473)
TESC Terminal Sta Catarina S/A	87.950	457.455	54.772	404.816	44.639	304.059	(260.481)
Ativo intangíveis – coligada	106.943	572.518	60.346	421.516	118.020	349.181	(269.602)

9. Fornecedores – A posição de fornecedores refere-se a fornecimentos de commodities para revenda e serviços, e geralmente são liquidados no prazo de 30 a 90 dias.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores mercado interno	185.090	306.919	185.125	306.937
Fornecedores mercado externo	-	-	9.331	3.489
<b>Total</b>	<b>185.090</b>	<b>306.919</b>	<b>194.456</b>	<b>310.426</b>

#### 10. Empréstimos e financiamentos – a. Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Vencimento	Garantias	Controladora/Consolidado		Variação Cambial	2025	2024
				2025	2024			
ACC	9,75% a.a.	fev/25	Aval	-	25.640	-	-	-
ACC	7,8% a.a. – 13,5% a.a.	mar/25	Aval	-	12.751	-	-	-
ACC	6,63% a.a. – 09,1% a.a.	abr/25	Aval	-	29.980	-	-	-
ACC	6,97% a.a.	mai/25	Aval	-	22.430	-	-	-
ACC	9,6% a.a. – 13,5% a.a.	jun/25	Aval	-	6.455	-	-	-
ACC	7,70% a.a. – 9,6% a.a.	jul/25	Aval	-	6.455	-	-	-
ACC	7,9% – 9,8% a.a.	ago/25	Aval	-	38.762	-	-	-
ACC	9,1% a.a.	set/25	Aval	-	9.266	-	-	-
ACC	7,6% a.a. – 11,15% a.a.	out/25	Aval	-	5.573	-	-	-
ACC	8,5% a.a.	nov/25	Aval	-	-	-	-	-
ACC	10,85% a.a.	dez/25	Aval	-	-	-	-	-
ACC	7,7% a.a. – 8,5% a.a.	jan/26	Aval	24.119	-	-	-	-
ACC	8,1% a.a.	fev/26	Aval	16.941	-	-	-	-
ACC	6,35% a.a.	mar/26	Aval	72.909	-	-	-	-
ACC	9,6% a.a.	abr/26	Aval	26.838	-	-	-	-
ACC	8,87% a.a.	mai/26	Aval	68.231	-	-	-	-
ACC	7,6% a.a. – 8,5% a.a.	jun/26	Aval	11.032	-	-	-	-
ACC	7,6% a.a. – 8,75% a.a.	jul/26	Aval	14.902	-	-	-	-
ACC	8,58% a.a.	ago/26	Aval	30.780	-	-	-	-
ACC	8,58% a.a.	set/26	Aval	16.879	-	-	-	-
<b>Total moeda estrangeira</b>				<b>298.232</b>	<b>157.312</b>			
CCE	CDI + 4,30% a.a.	jan/26 – dez/26	Aval	40.302	4.454	-	-	-
CCE	CDI + 4,30% a.a.	jan/27 – dez/27	Aval	41.616	86.926	-	-	-
Rotativo	1,16% a.m.	abr/25	Aval	-	4.800	-	-	-
<b>Total moeda nacional</b>				<b>81.918</b>	<b>96.180</b>			
<b>Total geral</b>				<b>380.150</b>	<b>253.492</b>			
<b>Total empréstimo (circulante)</b>				<b>338.534</b>	<b>166.567</b>			
<b>Total empréstimo (não circulante)</b>				<b>41.616</b>	<b>86.925</b>			
<b>Total empréstimos</b>				<b>380.150</b>	<b>253.492</b>			

O aval sobre os adiantamentos de contrato de câmbio é dado pelo acionista controlador da Companhia.

#### b. Movimentação dos empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ACC	157.312	452.763	15.758	(303.435)
Financiamento	-	118.429	3.388	(118.429)
CCE	91.380	1.306	15.918	1.403
NCE	-	5.000	451	(5.000)
Rotativo	4.800	24.000	493	(28.800)
<b>Total</b>	<b>253.492</b>	<b>601.498</b>	<b>36.008</b>	<b>1.403</b>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros impostos a recuperar	15	13	15	82
<b>Total circulante</b>	<b>76.002</b>	<b>59.980</b>	<b>76.062</b>	<b>60.074</b>
PIS	13.122	1.651	13.122	1.651
COFINS	44.691	7.549	44.691	7.549
<b>Total não circulante</b>	<b>57.813</b>	<b>9.200</b>	<b>57.813</b>	<b>9.200</b>
<b>Total</b>	<b>133.815</b>	<b>69.180</b>	<b>133.875</b>	<b>69.274</b>

A Administração está revisando as políticas e os entendimentos relativos aos créditos tributários, com foco especial no PIS/COFINS. Estes créditos estão majoritariamente classificados conforme a expectativa de ressarcimento após o pedido de restituição, sendo apresentados entre o curto e o longo prazo. Além disso, foi provisionada uma perda no montante de R\$ 14.800, referente a créditos glosados pela Receita Federal. A Companhia está buscando alternativas para viabilizar a restituição desses créditos, uma vez que sua origem é válida, abrangendo aquisições de commodities para revenda e o transporte terrestre de mercadorias que foram posteriormente exportadas sem tributação. No que diz respeito aos créditos tributários de IRPJ/CSLL, a Companhia efetuou desemboços baseados em estimativas mensais. No entanto, a base fiscal anual resultou em um valor inferior ao montante recolhido ao longo dos meses, gerando uma quantidade significativa de antecipações a serem restituídas. O saldo de ICMS a recuperar refere-se a créditos tributários gerados pela aquisição de mercadorias destinadas à revenda, conforme a legislação vigente. A Administração possui diversas alternativas para a utilização desse saldo nos próximos meses.

#### 8. Investimentos

	Tipo de participação	Controle	Participação no capital (%)	
			31/12/2025	31/12/2024
<b>Controladas</b>				
Agribrasil Global Markets S.A. (a)	Direta	Controlada	100%	100%
Nityam Empreendimentos e Participações S.A. (c)	Direta	Controlada	81%	81%
Humberg Agribrasil Fertilizantes Ltda. (d)	Direta	Controlada	100%	100%
<b>Coligadas</b>				
TESC Terminal Santa Catarina S/A* (c)	Indireta	Controle conjunto	50%	50%
WRC Operadores Portuários S/A. (c)	Indireta	Controle conjunto	50%	50%
Porto Novo Participações S/A (c)	Indireta	Coligada	26%	26%

\*A empresa possui 50% de participação na TESC e WRC e consequentemente a Humberg possui uma participação total no TESC e WRC através da Nityam e Porto Novo de 51% porém não tem controle por conta de acordo de acionistas. (a) **Movimentação dos investimentos da controladora:** Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, na controladora com saldo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Capital Social	Líquido	Participação	Participação	Participação	Equivalência patrimonial	Capital Social	Líquido	Participação	Participação	Equivalência patrimonial
Agribrasil Global Markets S.A.	30.482	86.723	100,00%	86.723	30.482	36.332					
Nityam Empreendimentos e Participações S.A.	116.723</										

... continuação

em 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir: • Manutenção do razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares, menos as disponibilidades, aplicações financeiras, ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), títulos e valores mobiliários, no Brasil ou exterior, livres de desbramços de quaisquer ônus e estoques) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA – LAJIDA menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, provisão para impairment de ativos e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3 vezes, que serão calculados anualmente sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA ajustado dos últimos 12 (doze) meses ao final de cada ano. A Companhia monitora periodicamente os indicadores financeiros que podem impactar os covenants financeiros, como também os covenants não financeiros, em 31 de dezembro de 2024, atingiu os indicadores com relação as cláusulas restritivas. As restrições impostas são usuais em operações dessa natureza e não limita a capacidade da Companhia de conduzir seus negócios até o momento. **11. Adiantamento de clientes** – Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía em aberto o saldo de adiantamento de clientes conforme segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de clientes em aberto	78.065	36.332	31.011	104.653

Os adiantamentos referem-se a contratos de futuros vendidos, com garantia para entrega futura ainda não realizada, e não estão sujeitos a juros. A redução nos adiantamentos de clientes em 31 de dezembro de 2025 deve-se principalmente à compensação de embarques e faturamentos já realizados. O fluxo de embarques e faturamentos da Companhia segue o cronograma habitual, com giro médio de 15 a 20 dias, sendo os adiantamentos compensados conforme o andamento das entregas. **12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – a. Imposto de renda e contribuição social correntes:** A reconciliação ao resultado efetivo da alíquota de renda para os períodos compreendidos entre 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e 1ª de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 é conforme segue para a controladora e consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(121.059)	43.189	(112.359)	47.210
Alíquota nominal – 34%	41.160	(14.684)	38.202	(16.051)
Adicional 10% IRPJ	24	-	24	-
Depreciação e amortização de Mais Valia	(5.168)	(5.168)	(5.168)	(6.380)
Equivalência patrimonial	9.207	6.359	11.375	6.359
Resultado fiscal subsidiárias internacionais	(2.011)	(1.059)	(5.915)	(3.115)
Ajuste Diferido Offshore Diferença BRL x USD	(1.798)	-	(1.798)	-
Prejuízo fiscal baixado (*)	-	(2.142)	-	(2.142)
Prejuízo fiscal Nityam	-	-	(1.221)	-
Ajuste exercícios anteriores (**)	(1.908)	-	(1.908)	-
Outras exclusões (adições) permanentes	(24)	(59)	(24)	1.461
<b>Taxa efetiva</b>	<b>39,482 (16,753)</b>	<b>33,567 (19,868)</b>	<b>39,482 (16,753)</b>	<b>33,567 (19,868)</b>
Despesas de imposto corrente	(3.012)	(2.452)	(3.012)	(2.452)
Despesas de imposto diferido	42.494	(14.301)	36.579	(17.416)

(\*) Durante o primeiro trimestre de 2024, a Companhia revisou seus prejuízos fiscais acumulados e efetuou baixa de parte que não será realizada no valor de R\$6.300, com efeito sobre o imposto diferido de R\$2.142. (\*\*\*) Em 2025, a Companhia identificou que parte do IR/CS originalmente devido em 2021, no montante de R\$ 1.908.334, não havia sido apurada corretamente em razão da não inclusão, à época, do lucro auferido no exterior na base de cálculo no Brasil. O ajuste foi reconhecido no resultado de 2025, impactando a taxa efetiva de tributação do período. Adicionalmente, verificou-se sobreposição na apuração do imposto diferido consolidado, com reconhecimento simultâneo da tributação na Suíça (14%) e no Brasil (34%) sobre o mesmo resultado. A correção desse tratamento passa a refletir apenas o efeito complementar no Brasil, alinhando a carga tributária consolidada à alíquota nominal combinada de 34%. **b. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, os prejuízos fiscais acumulados na controladora e a base negativa em sua subsidiária. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
<b>A) Imposto diferido Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	(2.019)	13.539
Provisão para despesas financeiras	1.244	-
Provisão para quebra de estoques	-	1.577
Provisão para bônus e participações	913	1.224
Provisão de custos portuários	1.142	2.126
Provisão para perdas de crédito esperadas	35.084	290
Provisão diversas	-	(1.098)
Prejuízo fiscal acumulado	32.833	33.316
Prejuízo fiscal em subsidiária internacional	1.713	17.875
Efeito em subsidiária internacional	6.345	10.574
Instrumentos financeiros derivativos e outras marcações a mercado	129	(19.380)
MTM estoque	(29)	(5.263)
Provisões diversas	10.313	(5.376)
ganho por compra vantajosa	(72.098)	(72.098)
Imposto diferido ativo (passivo), líquido	15.570	(22.694)
Resultado de imposto diferido	42.494	(14.301)

**B) Imposto diferido Agribrasil Global Markets S.A.**  
Prejuízo fiscal em subsidiária internacional  
Imposto diferido ativo

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
Prejuízo fiscal em subsidiária internacional	1.446	7.360
Imposto diferido ativo	1.446	7.360

**C) Imposto diferido Nityam Empreendimentos e Participações S.A. – Não Controladores**  
Outras diferenças temporárias  
Imposto diferido passivo

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Movimentação do resultado de no período:				
Diferenças temporárias	54.909	(3.545)	54.909	(3.544)
Prejuízo Fiscal acumulado	(483)	33.316	(483)	33.316
Prejuízo Fiscal subsidiária internacional	(16.162)	17.875	(22.076)	25.235
<b>Total do diferido</b>	<b>38.264 (47,646)</b>	<b>32.350 (55,007)</b>	<b>38.264 (47,646)</b>	<b>32.350 (55,007)</b>

**13. Mútuos com Partes Relacionadas – a. Sobre a operação de mútuos:** Durante o exercício, a Companhia realizou operações de mútuos com sua subsidiária direta, com o objetivo de otimizar a gestão de caixa e suportar as necessidades operacionais e estratégicas do Grupo. Essas transações fazem parte da política de gestão de liquidez adotada pela Administração, que busca alocar recursos de forma eficiente entre as empresas do Grupo, garantindo o adequado financiamento das operações, especialmente em períodos de maior demanda de capital de giro decorrente da sazonalidade do negócio. **b. Mútuos Recebidos:** No curso normal de suas atividades, a Companhia captou recursos financeiros por meio de mútuos recebidos de sua subsidiária, visando complementar o capital de giro e suportar obrigações operacionais de curto prazo. Os mútuos possuem natureza financeira e são classificados como atividades de financiamento, de acordo com a sua substância econômica. **c. Juros sobre os Mútuos:** Conforme estabelecido contratualmente, os mútuos são onerosos, remunerados à taxa equivalente a SOFR + 2,5% ao ano, calculados *pro rata temporis* até a data de liquidação. Os saldos são atualizados periodicamente e registrados nos resultados financeiros da Companhia. **d. Saldos de Mútuos com Partes Relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de mútuos com partes relacionadas estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>2024 Captação</b>	<b>236.727</b>	<b>1.326 (236.727)</b>	<b>236.727</b>	<b>(1.275) (51)</b>
Agribrasil Global Markets	-	-	-	-
<b>2025</b>	<b>236.727</b>	<b>1.326 (236.727)</b>	<b>236.727</b>	<b>(1.275) (51)</b>

**14. Patrimônio líquido – Capital social:** O capital social da Companhia, 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, em R\$ e em quantidade de ações, distribuídas entre seus acionistas, está demonstrado como segue:

	2025		2024	
	Ações ordinárias	Participação	Ações ordinárias	Participação
Frederico José Humberg	89.647.845	93,52%	139.304	89.647.845
Ações em tesouraria	6.215.450	6,48%	5.993.644	1,15%
Jonatas Brito do Nascimento Souza	-	0,00%	-	135.012
Raphael Blanc Costa Schwartz Vieira	-	0,00%	-	77.150
Larissa Nascimento Mendes	-	0,00%	-	9.644
<b>Total</b>	<b>95.863.295</b>	<b>100,00%</b>	<b>148.962.958</b>	<b>94,14%</b>

Em 30 de abril de 2025, a Companhia através da ata de assembleia geral ordinária e extraordinária aprovou o aumento de capital em R\$79.826 mediante a capitalização dos valores constantes na Reserva de Incentivos Fiscais, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, § 1º, da Lei das S.A. **a. Resultado por ação:** O cálculo do lucro líquido por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia, atribuível aos acionistas controladores e minoritários, pela quantidade média ponderada de ações existentes no período. Os cálculos dos lucros por ações básico e diluído, já considerando o efeito do desdobramento de ações, estão divulgados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(81.577)	26.436	(78.792)	27.542
Quantidade média ponderada de ações no período (em milhares)	89.648	89.870	89.648	89.870
Lucro líquido por ação – básico (após o desdobramento)	(0,91)	0,29	(0,88)	0,30
Lucro líquido por ação – diluído (após o desdobramento)	(0,90)	0,29	(0,87)	0,30

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional bruta	3.031.232	1.989.447	3.648.824	2.193.541
Impostos sobre vendas	(700)	(1.586)	(700)	(1.586)
Total	2.714.221	1.643.436	3.331.813	1.847.530
Mercado externo	-	-	-	-
Mercado interno	-	-	-	-
<b>16. Custo das commodities vendidas por natureza</b>				
Custo				
Custo das commodities	(2.620.377)	(1.678.386)	(3.135.319)	(1.795.589)
Custos logísticos	(314.746)	(179.800)	(393.809)	(245.978)
Ganho (perdas) contratos futuros	15.215	(10.505)	(5.015)	(134)
Estoque MTM	(15.398)	11.173	(15.398)	11.173
Washouts e Multas Contratuais	(42.448)	-	-	-
Outros custos	(25.513)	-	(20.639)	-
Provisão para perdas de estoques	4.637	(2.377)	4.637	(2.377)
<b>Total</b>	<b>(2.998.630) (1.859.895)</b>	<b>(3.565.543) (2.032.905)</b>	<b>(2.998.630) (1.859.895)</b>	<b>(3.565.543) (2.032.905)</b>

A demonstração de resultado da Companhia é apresentada com base na classificação das despesas

**Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.**

de acordo com suas funções, assim, a Companhia mantém classificado no custo os ganhos e perdas de contratos futuros de commodities, além dos contratos de NDF utilizados para proteger os seus contratos de commodities.

**17. Despesas gerais, administrativas e vendas**  
Salários, contribuições sociais e benefícios a empregados  
Serviços contratados de terceiros  
Despesas com aluguel e manutenção  
Despesas com viagens e telecomunicação  
Depreciação e amortização  
Depreciação e amortização mais valia  
Despesas com veículos  
Despesas com manutenção e licença  
Impostos, taxas e contribuições  
Despesas com demandas judiciais  
Provisão para créditos de liquidação duvidosa  
Outros

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários, contribuições sociais e benefícios a empregados	(11.453)	(12.124)	(11.885)	(12.356)
Serviços contratados de terceiros	(40.984)	(8.867)	(48.876)	(13.267)
Despesas com aluguel e manutenção	(498)	(476)	(532)	(503)
Despesas com viagens e telecomunicação	(1.032)	(991)	(1.071)	(1.010)
Depreciação e amortização	(803)	(786)	(864)	(794)
Depreciação e amortização mais valia	-	(15.200)	-	(18.765)
Despesas com veículos	(246)	(590)	(542)	(608)
Despesas com manutenção e licença	(1.382)	(1.194)	(1.416)	(1.219)
Impostos, taxas e contribuições	(166)	(34)	(146)	(96)
Despesas com demandas judiciais	(30)	(61)	(30)	(61)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(87.523)	-	(87.523)	-
Outros	(144.599)	(41.898)	(153.905)	(50.261)

**18. Outras receitas (despesas) operacionais:** Em 18 de fevereiro de 2022, foram concluídas as condições precedentes da compra da participação majoritária do Terminal Santa Catarina S.A. ("TESC") e da WRC Operadores Portuários S.A. ("WRC"), tendo em vista manifestações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), aprovações pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e superação de condições precedentes previstas no contrato de compra e venda e outras avenças. Nesta data foi assinado o Termo de Fechamento da Operação de Compra de 100% da Nityam, através do pagamento do Preço de Aquisição no valor total de R\$ 124.649, sendo: (i) R\$ 18.000 correspondente ao Valor de Garantia; e (ii) R\$ 106.649, já considerado o valor equivalente ao Caixa da Companhia, nos termos das Cláusulas do Contrato. O valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo, era de R\$ 312.470, apurando um ganho por compra vantajosa de R\$ 212.052, registrado no resultado nesta rubrica. Em 24 de novembro de 2023, os processos judiciais passivos registrados no TESC vinculados à Conta Escrow (com a aquisição do TESC parte do preço de compra foi alocado a uma conta restrita para pagamentos atrelados a processos judiciais existentes antes da aquisição e ficou registrada com um passivo a pagar na Companhia) foram classificados como o prognóstico de risco de perda provável. Conforme previsto no contrato de compra do Porto, a Companhia recebeu o montante de R\$ 4.879 referente a esses processos. Posteriormente, em 31 de dezembro de 2025, os demais processos judiciais passivos registrados no TESC e igualmente vinculados à Conta Escrow também passaram a ser classificados como risco de perda provável. Em linha com o contrato de compra e venda de participação, a Companhia reconheceu o ressarcimento de R\$ 8.046 relativo às custas judiciais e demais despesas incorridas entre a data de compra de participação acionária até essa data, sendo integralmente reembolsada e, consequentemente, encerrando-se a Conta Escrow.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas (despesas) operacionais	8.046	8.083	8.046	8.038

**19. Resultado financeiro**  
Receitas financeiras  
Rendimento de aplicações financeiras  
Descontos obtidos  
Juros ativos  
Despesas financeiras  
Juros antecipação de recebíveis  
Juros sobre empréstimos e financiamentos  
Comissões Financeiras  
Juros financeiros sobre fornecedores  
Outras despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras	8.017	2.644	8.017	2.644
Rendimento de aplicações financeiras	159	8	159	8
Descontos obtidos	1.889	11.588	1.889	11.588
Juros ativos	10.065	14.240	10.065	14.240
Despesas financeiras	(3.388)	(1.914)	(3.388)	(1.914)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(36.205)	(41.224)	(36.205)	(41.224)
Comissões Financeiras	(4.097)	(3.386)	(4.097)	(3.386)
Juros financeiros sobre fornecedores	(39.633)	-	(39.633)	-
Outras despesas financeiras	(22.150)	(20.483)	(22.150)	(20.483)
<b>Resultado líquido de variação cambial</b>	<b>(105,473)</b>	<b>(67,007)</b>	<b>(105,473)</b>	<b>(67,007)</b>
Resultado financeiro líquido	(92.283)	(40.285)	(92.283)	(40.285)

**20. Partes relacionadas – a. Commodities**  
Resultado líquido de variação cambial  
Resultado financeiro líquido  
Os resultados nas rubricas de "Variação cambial ativa e passiva" estão apresentados líquidos para fins de comparação e são decorrentes basicamente de transações em dólar, nos processos de exportações, contas a receber e empréstimos em moeda estrangeira.

**20. Partes relacionadas – a. Commodities**  
Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, sua controlada e outras partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(i) Agribrasil Global Markets – Adiantamentos de Clientes	(71.757)	(67.605)	(71.757)	(67.605)

	Moeda	Saldo		25% Aumento		50% Aumento		25% Redução		50% Redução	
		2025	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	
Bancos	USD	3.022	6,88	756	8,25	1.511	4,13	(755)	2,75	(1.511)	
Clientes	USD	139.384	6,88	34.846	8,25	69.693	4,13	(34.846)	2,75	(69.692)	
Corretoras	EUR	339.505	8,09	84.877	9,70	169.753	4,85	(84.876)	3,23	(169.752)	
Corretoras	USD	-	6,88	-	8,25	-	4,13	-	2,75	-	
Investimento	USD	30.482	6,88	7.621	8,25	15.241	4,13	(7.620)	2,75	(15.241)	
Empréstimos e financiamentos	USD	316.219	6,88	79.055	8,25	158.110	4,13	(79.055)	2,75	(158.109)	
Fornecedores	USD	26.396	6,88	6.599	8,25	13.198	4,13	(6.599)	2,75	(13.198)	
Fornecedores	EUR	-	8,09	-	9,70	-	4,85	-	3,23	-	
NDF	USD	6.854	6,88	28.777	8,25	50.699	4,13	(15.068)	2,75	(36.991)	
NDF	EUR	(743)	8,09	(743)	9,70	(743)	4,85	(743)	3,23	(743)	
<b>Total</b>		<b>861.119</b>		<b>241.788</b>		<b>477.462</b>		<b>(229.562)</b>		<b>(465.237)</b>	

A Companhia contrata empréstimos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas em dólares. Portanto, a Companhia apresenta risco à variação das taxas cambiais, porém, não apresenta riscos em relação à taxa de juros. Para a análise da sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas no balanço patrimonial e para os cenários II e III foram estimadas uma valorização e desvalorização de 25% e 50% do dólar futuro, respectivamente. **c. Risco de preço de "commodities":** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou pela Companhia. Essas oscilações de preços podem promover alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Como o objetivo de proteger-se em relação às oscilações nos preços, a Companhia também possui operações de futuros de commodities na Bolsa de Comércio de Chicago. A Companhia possui contratos de commodities em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os quais foram avaliados pelos seus valores justos. A Companhia também possui operações de futuros de commodities na bolsa de Chicago nos Estados Unidos da América com o objetivo de se proteger das oscilações nos preços

... continuação

### Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.

como a Chicago Board of Trade (CBOT), são instrumentos padronizados que estabelecem o preço e a data futura para compra ou venda de determinada quantidade de produto (ex.: milho, soja). O valor justo das posições em contratos futuros de commodities é determinado pelo preço de fechamento (settlement price ou screen price) divulgado pela bolsa na data de mensuração, multiplicado pela quantidade contratada. Os valores em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa PTAX vigente no último dia do mês. **Nível 3:** informações para ativos ou passivos não baseadas em dados observáveis pelo mercado (premissas não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, avaliados pelas técnicas descritas no nível 1 e 2. A Companhia não possui instrumentos no nível 3. **Instrumentos financeiros por hierarquia e valor justo:** As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da controladora e do consolidado, classificados conforme a hierarquia de valor justo, para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Encontra-se, a seguir, uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	46.822	167.871	46.822	167.871
Caixa Restrito	27.433	-	27.433	-
Contas a receber de clientes	112.845	127.990	112.845	127.990
Partes relacionadas	-	633	-	633
Instrumentos financeiros derivativos	13.621	57.002	13.621	57.002
<b>Total</b>	<b>200.721</b>	<b>353.496</b>	<b>200.721</b>	<b>353.496</b>

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	185.090	306.919	185.090	306.919
Empréstimos e financiamentos	338.534	253.492	342.547	271.773
Instrumentos financeiros derivativos	8.059	39.821	8.059	39.821
<b>Total</b>	<b>531.683</b>	<b>600.232</b>	<b>535.696</b>	<b>618.513</b>

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	54.233	187.310	54.233	187.310
Caixa Restrito	27.433	-	27.433	-
Contas a receber de clientes	123.004	128.891	123.004	128.891
Instrumentos financeiros derivativos	19.551	91.508	19.551	91.508
<b>Total</b>	<b>224.221</b>	<b>407.709</b>	<b>224.221</b>	<b>407.709</b>

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	194.456	310.426	194.456	310.426
Empréstimos e financiamentos	338.534	253.492	342.547	271.773
Instrumentos financeiros derivativos	8.590	49.029	8.590	49.029
<b>Total</b>	<b>541.580</b>	<b>612.947</b>	<b>545.593</b>	<b>631.228</b>

A Companhia, em suas operações como comercializadora de commodities, assume compromissos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. Entre os quais podemos destacar: **Contratos de compra e venda de commodities:** são contratos de compra e venda para transferência de produto em data futura que possuem seu preço fixado. Esses contratos são precificados com base no preço de contrato futuro negociados na bolsa CME (Chicago Mercantile Exchange) mais um diferencial definido pela localidade da commodity denominado Basis. Esses contratos são liquidados usualmente pela transferência física da commodity, contudo também podem ser liquidados financeiramente. **Contratos futuros de commodities:** são contratos derivativos padronizados negociados em bolsa de valores, os quais são contratados pela Companhia com finalidade de hedge das posições de contratos de compra e venda de commodities. Usualmente esses contratos são liquidados financeiramente pelo pagamento ou recebimento da diferença entre o preço contratado e o preço de mercado na data de sua liquidação. A variação do valor justo desses instrumentos é debitada ou creditada diariamente em conta de depósito de margem. **Contratos a termo de moeda:** são contratos derivativos não padronizados contratados com instituições financeiras nos quais é possível negociar taxa de câmbio futura, dessa forma permitindo fixar antecipadamente o montante em reais correspondentes a um montante em moeda estrangeira que será liquidado futuramente. Similarmente aos contratos futuros, os contratos a termo são liquidados financeiramente pelo pagamento ou recebimento da diferença entre a taxa de câmbio contratada e a taxa de câmbio de mercado na data de sua liquidação. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não utilizava a contabilidade de hedge. Abaixo apresentamos nossa exposição líquida aos instrumentos financeiros derivativos:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Posição de contratos em aberto (a) - Ativo	961	46.907	6.891	81.413
Operações NDF (b) - Ativo	12.660	10.095	12.660	10.095
<b>Total</b>	<b>13.621</b>	<b>57.002</b>	<b>19.551</b>	<b>91.508</b>

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Posição de contratos em aberto (a) - Passivo	1.341	6.250	1.872	15.458
Operações NDF (b) - Passivo	6.718	33.571	6.718	33.571
<b>Total</b>	<b>8.059</b>	<b>39.821</b>	<b>8.590</b>	<b>49.029</b>

(a) Referem-se à marcação a mercado dos contratos de compra e venda (físico) de commodities. (b) Representam valores de mercado de posições abertas de contratos de termo de moedas ("Non Deliverable Forward") designadas para proteção (hedge) contra os efeitos das oscilações das taxas de câmbio (em conformidade com o CPC 48, CPC 39, IFRS 9 e IAS 32).

#### Resumo das operações de contratos a termo de moeda

Moeda	Valor de referência (notional)		Valor justo (MTM)	
	2025	2024	2025	2024
Contratos a Termo (NDF):				
Posição vendida	Milhares de USD (72.512)	(112.426)	BRL (3.169)	(11.708)
Posição comprada	Milhares de USD 74.789	47.361	BRL 9.111	(11.768)
<b>Total</b>	<b>2.277</b>	<b>(65.065)</b>	<b>5.942</b>	<b>(23.476)</b>

As receitas de venda da Companhia são geradas principalmente pela comercialização de commodities agrícolas dentre os quais soja e milho; esses produtos possuem preços cotados em dólares tendo como referência contratos futuros negociados em bolsas internacionais. Dessa forma, o preço internacional da commodity e da taxa de câmbio são riscos de mercado que a Companhia está exposta.

#### 22. Compromissos - a. A Companhia e suas controladas têm contratos de compra e venda para entrega futura, conforme demonstrado a seguir

Produto	Tipo	Contrato	Entrega	Quantidade (tn)	Controladora (31/12/2025)	
					Moeda	Preço
Milho em grãos	Físico	Compra	2025	4.600	BRL	5.904
Milho em grãos	Físico	Compra	2026	620	BRL	738
Milho em grãos	Físico	Venda	2025	(77)	BRL	(90)
Milho em grãos	Físico	Venda	2026	(29.914)	BRL	(38.347)
Milho em grãos	Futuros	Compra	2025	52	BRL	(160)
<b>Total</b>				<b>(24.719)</b>		<b>(31.955)</b>

#### 23. Eventos subsequentes - Aquisição Solaris ME:

Em conformidade com o CPC 24 e a IAS 10, a Administração avaliou os eventos ocorridos após 31 de dezembro de 2025 que pudessem requerer ajuste ou divulgação nas demonstrações financeiras. Em 08 de janeiro de 2026, foi concluída a alienação da totalidade das ações da Companhia para a ME Solaris Commodities Holding ("Solaris"), a qual, por sua vez, é controlada por um fundo soberano de Omã, com atuação global no comércio de commodities agrícolas, figurando entre os cinco maiores traders de trigo do mundo, caracterizando evento subsequente de natureza não ajustável, por decorrer de condições estabelecidas após a data-base do exercício. Em decorrência disto a Solaris constituiu uma nova diretoria, novo conselho e nova governança da Companhia. Com a conclusão da transação, a Agribrasil passou a integrar um grupo multinacional do setor de commodities, sendo atualmente controlada por investidores vinculados ao fundo soberano de Omã e pela Solaris, reconhecida como uma das maiores exportadoras de trigo do mundo. A Administração entende que essa nova estrutura acionária fortalece a posição estratégica da Companhia, ampliando acesso a capital, mercados internacionais, expertise comercial e capacidade de financiamento, fatores que devem contribuir para a expansão das operações e melhoria gradual da geração de caixa nos próximos exercícios. Na mesma data, a Solaris realizou aporte de capital no montante de R\$ 113.494, o que possibilitou a liquidação da dívida (CCE) anteriormente contratada junto ao Banco do Brasil para financiamento da aquisição do terminal portuário (TESC).

#### Conflito no Oriente Médio:

Em 2025, o Oriente Médio, na Ásia Ocidental, foi o principal destino das exportações da Companhia. Contudo, o conflito entre Irã, Israel e os EUA representa um risco significativo que poderia impactar as exportações de 2026. No entanto, por determinação da nova administração, todos os negócios envolvendo a região foram sancionados imediatamente após sua assunção à gestão da Companhia. Dado que o plano de negócios não previu operações para esse destino, entende-se que não haverá impactos significativos no ano de 2026 decorrentes deste conflito. Adicionalmente, é importante destacar que, como operamos com commodities, estamos sujeitos a variações nos mercados globais, o que exige flexibilidade e a implementação de estratégias de mitigação de riscos. Para evitar perdas, a Companhia utiliza instrumentos de proteção financeira, como contratos futuros e hedging, que ajudam a preservar a estabilidade das operações. Outro ponto relevante é que o aumento no preço do petróleo poderá afetar diretamente a precificação de nossos fretes, mas é importante frisar que esse impacto será disseminado por toda a cadeia de suprimentos. Portanto, apesar de existirem fatores externos que podem gerar volatilidade, a Companhia está bem posicionada para gerenciar esses riscos e minimizar potenciais danos, mantendo sua capacidade de adaptação ao cenário global.

#### Conselho de Administração

Oleg Pankratov - Conselheiro Presidente
Kiril Nikiforov - Conselheiro independente
Frederico Humberg - Conselheiro independente
Ekaterina Zhukova - Conselheiro independente

#### Diretoria

Stephane Frappat - CEO
------------------------

#### Contador

Pablo Vieira - CRC-SP ISP 346.022/0-1
---------------------------------------

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/05/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Almaviva Solutions S.A.

(Anteriormente denominada Magna Sistemas Consultoria S.A.)

CNPJ/MF nº 01.165.671/0001-75

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with multiple columns: Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Includes sub-headers like Ativo, Passivo, Receita operacional líquida, etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional - Criada em 1996, a Companhia tem como objeto social: i) análise e desenvolvimento de sistemas, programação, processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, elaboração de programas de computador, assessoria e consultoria em informática, suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas; ii) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação; iii) comercialização sob qualquer título, importação, exportação, manutenção e assistência técnica de equipamentos e sistemas de informática, telecomunicações e comunicação de dados, bem como serviços complementares a eles relacionados; iv) representação de qualquer natureza, inclusive comercial; v) intermediação de negócios e contratos em geral; vi) fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário; vii) gestão, administração e gerenciamento; e viii) participação em sociedades e empreendimentos que se afigurem potencialmente lucrativos para a sociedade. Em 10 de abril de 2024, a Companhia adquiriu 100% das quotas da Pxyntio Tecnologia Ltda., tornando-se sócia única da Sociedade. A aquisição foi efetuada pelo valor contábil do acervo líquido na data da aquisição, R\$12.400. Nesta mesma data, a Brita S.A., empresa brasileira do Grupo Almaviva, que tem sede na Itália, adquiriu 51% das ações da Companhia, tornando-se seu acionista controlador. 2. Resumo das principais políticas contábeis - 2.1. Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico e utilizando-se diversas bases de avaliação para se determinar as estimativas contábeis, incluindo fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento por parte da Administração. A Companhia preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 18 de maio de 2026. 2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controladora em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações com sua controlada são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária na controlada, sem perda de exercício no controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder controle sobre sua controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. 2.4. Reconhecimento da receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Prestação de serviços de suporte técnico em informática e processamento de dados: As receitas de prestação de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por meio da medição dos trabalhos executados, com o devido aceite do cliente, independentemente da emissão da respectiva nota fiscal. Cessão de direito de uso de softwares: As receitas de cessão de direito de uso são reconhecidas à medida que os produtos são disponibilizados aos clientes para uso, o que geralmente ocorre através do envio de login e senha de acesso, e independentemente da emissão da respectiva nota fiscal de venda. Quando se trata de renovação de direito de uso adquirido anteriormente, ocorre apenas a atualização automática da validade do produto. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros a valor justo por meio do resultado". 2.6. Contas a receber de clientes: São apresentados de acordo com os valores de realização. A perda de crédito estimada, se aplicável, é constituída com base no histórico de perdas e em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Contas a receber não faturado: Consiste no valor dos serviços prestados ou softwares disponibilizados aos clientes para os quais ainda não ocorreu a emissão da respectiva nota fiscal. Estas situações ocorrem geralmente porque os clientes da Companhia possuem data de corte para recebimentos de notas fiscais de fornecedores. Desta forma, os serviços prestados dentro de cada mês e não faturados são

objeto de relatório de medição, que é aprovado pelo cliente e base para a provisão de serviços a faturar. O mesmo ocorre para as licenças disponibilizadas aos clientes e não faturadas. Há a medição da quantidade de licenças entregues e o valor unitário, que com o devido aceite do cliente é a base para a constituição da provisão de licenças a faturar. 2.7. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição adicionado aos demais gastos incorridos até que o bem seja colocado em operação. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir: Benefícios em imóveis de terceiros: 5 a 10 anos; Máquinas e equipamentos: 10 anos; Instalações: 10 anos; Equipamentos de processamento de dados: 5 a 10 anos; Equipamentos telefônicos: 5 anos; Veículos: 5 anos. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. 2.8. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o mercado em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes, se houver. 2.9. Ativo intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado do exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Custos de pesquisa e desenvolvimento: Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados: Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e a Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. 2.10. Tributos: i) Impostos sobre vendas: As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) Cumulativo e Não Cumulativo às taxas de 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Cumulativo e Não Cumulativo às taxas de 3% e 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2,9% a 5%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta de 4,5%. ii) Imposto de renda e contribuição social - corrente: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as incluídas ao lucro contábil

de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. iii) Imposto de renda e contribuição social - diferido: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (leis tributárias) que foram promulgadas na data do balanço. A Companhia contabiliza ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. 2.11. Distribuição de lucros: A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento devido dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. 2.12. Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. 2.13. Mudanças nas políticas contábeis: Em junho de 2024, tendo como base o § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017, e substanciada por seus consultores jurídicos, a Companhia alterou seu regime de apuração e recolhimento de imposto de renda e contribuição social referente às operações com órgãos públicos, que representam aproximadamente 95% das receitas da Companhia (individual e consolidado) em 2024. Conforme permitido pela legislação fiscal brasileira, os impostos supracitados passaram a ser apurados com base nos recebimentos mensais de notas fiscais emitidas para os entes públicos e recolhidos no mês subsequente. Tal mudança ocorreu prospectivamente e resultou em apurações fiscais e fluxos de caixa mais fidedignos perante as operações da Companhia. 2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 2.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras

são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: • As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio. • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMS); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com o IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o IAS 1 (CPC 26 (R1)). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente a IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congradadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Considerando as atividades da Companhia e os requerimentos de divulgação e reporte para sua controladora, a Administração optou por não aplicar o IFRS 19. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia prevê que não haverá impactos materiais sobre suas demonstrações financeiras mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11: Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para

continua ...



... continuação

**Almaviva Solutions S.A. (Anteriormente denominada Magna Sistemas Consultoria S.A.)**

ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**3. Uso de estimativas e julgamentos** – A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais, se aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**3.1. Mudanças no método de cálculo de estimativa contábil:** Após a aquisição do controle da Companhia pelo Grupo Almaviva em 2024, a Companhia aderiu ao manual de práticas contábeis do Grupo Almaviva. Uma das principais mudanças com esta adesão foi na metodologia de cálculo da estimativa contábil de receita e custo não faturados. Consequentemente, mensalmente passou-se a mensurar toda a receita e custo realizados e não faturados até o último dia do mês e as respectivas provisões registradas contabilmente, com o objetivo de estar em concordância com a tratativa que as demais empresas do Grupo dão para estas receitas e custos não faturados. Tal mudança ocorreu prospectivamente e resultou em apresentação de informações contábeis mais confiáveis acerca da posição patrimonial e financeira e do desempenho operacional da Companhia.

**4. Caixa e equivalentes de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos de caixa e em poder de bancos. Bancos e aplicações financeiras rendem juros a taxas flutuantes de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	139	3.475	139	3.906
Aplicações financeiras	99.600	79.252	111.512	82.101
	99.739	82.727	111.651	86.007

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI e Certificados de Depósito Bancário, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sem risco de mudança significativa no valor.

**5. Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes privados	8.118	17.692	12.794	19.165
Clientes públicos	288.604	175.496	307.080	200.459
	296.722	193.188	319.874	219.624

A movimentação do investimento na empresa controlada é demonstrada abaixo:

	1 de janeiro de 2025	Ajuste	Resultado do exercício	31 de dezembro de 2025
Investida	17.997	77	2.121	20.195

As principais informações sobre a controlada, que também possui exercício social encerrado em 31 de dezembro, estão apresentadas a seguir:

**Em 31 de dezembro de 2025**

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquido	Lucro líquido
Investida	37.268	299	17.373	-	21.995	12.534	2.121

Em 10 de abril de 2024, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Pyxisinfo Tecnologia Ltda. A transação foi firmada entre as partes e registrada na 35ª Alteração do Contrato Social da Sociedade, realizada em 26 de março de 2024 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 08 de abril de 2024, pelo valor de R\$ 12.400.000 (doze milhões e quatrocentos mil reais). Após esta aquisição, a Almaviva Solutions S.A. passou a ser sócia única da Pyxisinfo Tecnologia Ltda.

**9. Ativo imobilizado** – Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados no quadro abaixo:

	Móveis e utensílios		Instalações		Equipamentos de dados		Veículos		Equipamentos telefônicos		Benefícios em nome de terceiros		Total do ativo imobilizado	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	691	354	4.743	1.615	101	5.205	12.709							20.318
Adições	4	229	879	863	29	3.104	5.108							13.450
Baixas	-	-	(14)	(1.615)	-	-	(1.629)							(3.258)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	695	583	5.608	863	130	8.309	16.188							25.093
Adições	7	-	264	-	38	415	697							1.414
Baixas	(395)	(50)	(917)	-	(25)	(479)	(1.866)							(3.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	307	533	4.955	863	143	7.936	14.737							22.858

**10. Ativo Intangível**

	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de dados	Veículos	Equipamentos telefônicos	Benefícios em nome de terceiros	Total do ativo imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4	229	879	863	29	3.104	5.108
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4	229	879	863	29	3.104	5.108
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4	229	879	863	29	3.104	5.108

**11. Fornecedores e contas a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais de licenças de uso	48.874	31.843	57.194	40.221
Fornecedores externos de licenças de uso	852	656	851	1.709
Contas a pagar (i)	49.726	32.499	58.045	41.930
Provisão de custos (ii)	1.678	2.485	1.683	2.485
	69.724	40.585	73.423	40.585
	121.127	75.568	133.151	85.000

(i) Refere-se em sua maioria a despesas administrativas, como água, luz, telefone, limpeza, vigilância, material de escritório etc. (ii) Valor referente a provisão de custos com licenças adquiridas de terceiros cuja nota fiscal de entrada ainda não havia sido enviada pelos fornecedores. Conforme divulgado na nota 3.1., essa provisão iniciou-se em 2024 após a aquisição de 51% das ações da Companhia pela Brita S.A. É efetuada para estar de acordo com o manual de práticas contábeis do Grupo Almaviva e resultou em apresentação de informações contábeis mais fidedignas acerca da posição patrimonial e financeira e do desempenho operacional da Companhia.

**12. Obrigações fiscais e tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	20.377	9.325	22.254	10.598
PIS e COFINS a recolher	(963)	747	(963)	747
Contribuição previdenciária a recolher	5.897	4.629	6.296	4.856
ISS a recolher	1.501	1.164	1.506	1.386
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	12	8	12	23
Outros	26.824	20.871	29.105	22.654
	27.412	12.091	30.138	13.960
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.236	32.962	59.243	36.614
	81.648	44.152	89.381	50.624

**13. Obrigações com pessoal e encargos sociais**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
INSS a recolher	16.072	13.240	16.072	13.240
FGTS a recolher	1.187	1.277	1.187	1.277
Imposto de renda retido na fonte sobre folha de pagamento	2.976	3.048	2.976	3.048
Provisão de férias e encargos sociais	18.334	16.341	18.334	16.341
Outros	237	48	237	48
	38.806	34.044	38.806	34.044
Circulante	26.263	22.764	26.263	22.764
Não circulante	12.543	11.280	12.543	11.280

**14. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos a pagar	120.010	20.037	120.010	20.037
Juros sobre o capital próprio a pagar	7.434	5.895	7.434	5.895
	127.444	25.932	127.444	25.932

**15. Provisão para contingências** – O saldo registrado no passivo não circulante refere-se a valores de contribuições previdenciárias que a Companhia está discutindo com a Previdência Social quando serão recolhidos. Porém, não há qualquer perspectiva de pagamento dentro dos 12 meses subsequentes à data-base destas demonstrações financeiras. A variação no saldo da rubrica corresponde a atualização do valor original atualizado pela taxa SELIC.

**16. Patrimônio líquido** – Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 120.010,10 (doze mil e dez centos e dez reais), composto por: R\$ 120.010,10 de reservas legais e R\$ 0,00 de lucros acumulados e reservas de lucros.

**17. Receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas com prestação de serviços	450.364	454.405	450.394	459.954
Cessão de direito de uso	165.425	71.789	179.829	93.222
	615.789	526.194	630.223	553.176

**18. Custo dos serviços prestados**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos serviços prestados	(99.423)	(79.413)	(103.163)	(83.505)
Custo com licenças de uso	(94.808)	(49.846)	(100.886)	(61.196)
Custo com pessoal	(216.847)	(197.370)	(216.846)	(197.370)
	(411.078)	(326.629)	(420.895)	(342.071)

**19. Despesas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	(10.937)	(9.706)	(10.937)	(9.706)
Despesas com vendas	(12.476)	(8.887)	(12.476)	(8.888)
Despesas com ocupação	(1.365)	(879)	(1.365)	(879)
Despesas com propaganda e Marketing	(3.082)	(2.675)	(3.082)	(2.675)
Despesas Administrativas	(6.768)	(5.997)	(6.860)	(6.098)
Despesas Tributárias	(136)	(585)	(140)	(614)
Depreciação e amortização	(4.893)	(3.265)	(5.062)	(3.429)
Outras receitas (despesas)	1.211	4.861	1.209	4.857
	(38.446)	(27.134)	(38.782)	(27.506)

**20. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	11.555	4.512	12.310	4.719
Descontos obtidos	303	43	303	43
Juros sobre créditos de impostos	470	-	470	-
Outros	212	499	293	501
	12.540	5.054	13.376	5.263
Despesas financeiras:				
Descontos concedidos	(449)	(465)	(452)	(465)
Juros pagos ou incorridos	(160)	(100)	(164)	(103)
Despesas bancárias	(678)	(687)	(678)	(687)
Variação cambial	-	(1.248)	-	(1.248)
Perda em aplicações financeiras	(332)	(98)	(339)	(103)
IOF	(1.289)	(644)	(1.290)	(649)
Juros de mora	(584)	(328)	(619)	(343)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(348)	(328)	(348)	(343)
Outros	(3.840)	(3.616)	(3.940)	(3.644)
	(8.700)	(4.338)	(9.436)	(4.619)
	3.834	719	4.540	1.644

**21. Imposto de renda e contribuição social – Reconciliação da taxa de efetiva de imposto de renda e contribuição social:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social	120.483	122.184	121.480	125.032
Imposto de renda	25%	25%	25%	25%
Contribuição Social	9%	9%	9%	9%
Alíquota nominal – 34%	(40.940)	(37.819)	(41.279)	(40.667)
Ajuste de juros sobre capital próprio	2.974	2.343	2.974	2.343
Adições – receita e custos públicos – recolhimento regime de caixa	(295.247)	(159.042)	(300.130)	(159.712)
Resultado de equivalência patrimonial	721	1.903	-	-
Exclusões – receita e custos públicos – recolhimento regime de caixa	311.282	172.120	317.048	176.563
Outras (adições) exclusões	(494)	(2.138)	(495)	(2.138)
Impostos correntes	(21.704)	(22.633)	(21.882)	(40.667)
Impostos diferidos	(13.980)	(15.186)	(14.798)	-
Total	(35.684)	(37.819)	(36.681)	(40.667)
Alíquota efetiva	-30%	-31%	-30%	-33%

Em junho de 2024, tendo como base normativa da Receita Federal do Brasil e substanciada por seus consultores jurídicos, a Companhia alterou seu regime de apuração e recolhimento de imposto de renda e contribuição social referente às operações com órgãos públicos, que representam aproximadamente 95% das receitas da Companhia (individual e consolidado) em 2024. Conforme permitido pela legislação fiscal brasileira, os impostos supracitados passaram a ser apurados com base nos recebimentos mensais de notas fiscais emitidas para os entes públicos e recolhidos no mês subsequente. Consequentemente, a partir desta mudança surgiram diferenças temporárias relevantes entre as bases contábil e fiscal de apuração de lucro, resultando em impostos diferidos passivos. **22. Seguros** – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os ativos segurados são os veículos próprios e a edificação, os quais a Companhia e suas filias estão instaladas. Em 31 de dezembro de 2025, os principais seguros contratados são:

	Seguradora	Vigência	Ramo	Limite Máximo de Indenização
Porto Seguro	26/03/2025 até 26/03/2026	Equipamentos portáteis eletrônicos	R\$ 2	
Porto Seguro	30/03/2025 até 30/03/2026	Equipamentos portáteis eletrônicos	R\$ 13	
Porto Seguro	14/04/2025 até 14/04/2026	Compreensivo Empresarial	R\$ 900	
Porto Seguro	09/05/2025 até 09/05/2026	Compreensivo Empresarial	R\$ 2.400	
Porto Seguro	09/05/2025 até 09/05/2026	Compreensivo Empresarial	R\$ 4.300	
Tokio Marine	11/11/2025 até 11/11/2026	Veículos	200	

O escopo do trabalho de nossos auditores não inclui o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **23. Gestão de risco e instrumentos financeiros** – (i) **Gestão de riscos:** Conforme mencionado na Nota 1, os negócios da Companhia consistem na prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento, importação, exportação, comercialização, suporte, treinamento, publicações e serviços de softwares e sistemas em geral. Comercialização sob qualquer título, importação, exportação, manutenção e assistência técnica de equipamentos e sistemas de informática, telecomunicações e comunicação de dados, bem como serviços complementares a eles relacionados. Licenciamento ou cessão de Direito de uso de Programas de computação. Representação de Qualquer Natureza Inclusive Comercial. Gestão, administração e gerenciamento. Participação em sociedades e empreendimentos que se afigurem potencialmente lucrativos para a Companhia. Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: • Risco de crédito: decorre de eventual dificuldade de liquidação das contas a receber por parte de clientes. Este risco é administrado por meio de política de análise de crédito. • Risco de liquidez: consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado pelas áreas de contabilidade e tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. (ii) **Instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, estão abaixo demonstrados. O valor de custo atualizado destes instrumentos financeiros equivale ao seu valor justo.

	Valor Contábil		Valor Justo	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	99.739	82.727	111.651	86.007
Contas a receber de clientes	296.722	193.188	319.874	219.624
Contas a receber de partes relacionadas	34	-	34	-
Impostos a recuperar	20.813	13.829	23.013	15.260
Outros créditos	894	1.187	894	1.188
	418.202	290.931	455.466	322.079
Passivos financeiros				
Fornecedores	49.726	32.499	58.046	41.930
Obrigações fiscais e tributárias	54.236	20.871	59.243	20.871
Obrigações com pessoal e encargos sociais	38.806	34.044	38.806	34.044
Outros débitos	199.054	49.126	202.759	49.127
	341.822	136.540	354.092	147.755

Para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. **24. Eventos subsequentes** – A Companhia está em processo de abertura de uma subsidiária nos Estados Unidos. A criação desta empresa tem por objetivo iniciar as operações de comercialização de licenças de uso de softwares no Marketplace do Google. Atualmente, os atos societários de constituição da empresa (Estatuto Social, Contrato de Emissão de Ações dentre outros) estão em fase final de elaboração para posterior registro perante os órgãos reguladores americanos. A expectativa da Companhia é que a constituição da subsidiária americana seja concluída ainda em 2026 e as operações nos Estados Unidos também se iniciem neste ano. A Companhia será detentora de 100% das ações da subsidiária americana.

**Fábio da Silva Neco** – Diretor Financeiro **Vinicius Neves Silva de Barros** – Contador CRC RJ 125.058/O

descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Administradores

... continuação

**Almaviva Solutions S.A. (Anteriormente denominada Magna Sistemas Consultoria S.A.)**

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

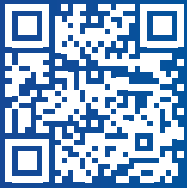
Rio de Janeiro, 18 de maio de 2026.

**ERNST & YOUNG Auditores Independentes S. S. Ltda.**  
CRC-SP 015.199/F

**Giuseppe Grimaldi**  
Contador  
CRC-RJ 133.899/O

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.  
[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

**DATA MERCANTIL** São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/05/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## H2 Assets Participações S.A.

CNPJ/MF nº 47.312.028/0001-28 - NIRE 35.300.597.443

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da **H2 Assets Participações S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.748, conjunto 2205, sala 6, Cidade Monções, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04571-000 ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em 29 de maio de 2026, às 10:00 horas, na sede social, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Aprovar ou ratificar a alienação da totalidade das ações de emissão da Estar S.A. (CNPJ/MF sob o nº 49.874.080/0001-01), de titularidade da Companhia, nos termos de Contrato de Investimento em Participação Societária e Outras Avenças, ou de instrumento(s) com denominação equivalente, e documentos complementares ou relacionados, conforme disponibilizados aos acionistas, mediante solicitação, para consulta na sede social ("Estar" e "Contratos", respectivamente); **2.** Aprovar ou ratificar todos os atos necessários à implementação da operação referida no item anterior, bem como autorizar a administração da Companhia a praticar quaisquer outros atos necessários, incluindo, sem limitação, a negociação dos termos, condições e redações que melhor consultarem aos interesses sociais, a assinatura e o cumprimento dos Contratos e de seus anexos (inclusive, a título exemplificativo, atas de assembleias, bônus de subscrição e acordos de acionistas das companhias envolvidas), a celebração de documentos complementares ou relacionados, a formalização da transferência das ações e o cumprimento de todas as obrigações pelas previstas; **3.** Aprovar ou ratificar o aumento do capital social no valor de até R\$3.052.126,99, ao preço de emissão entre R\$18,17 e R\$20,00, por ação, com fixação do preço por ação exato na própria Assembleia Geral, a ser integralizado em créditos contra a Companhia e/ou moeda corrente nacional. Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que observadas as disposições do artigo 126 da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 20 de maio de 2026. **Maurício Anibal Canero** Diretor. (21, 22 e 23/05/2026)

## Cia. Nitro Química Brasileira

CNPJ nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

### Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2026

**1. Data, Hora e Local:** Em 05 de maio de 2026, às 09 horas, na sede da Companhia Nitro Química Brasileira ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme permitido pelo artigo 15, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Lucas Santos Rodas; Secretário: Sr. Guilherme Vidal Andrade Gonçalves. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da Contratação de Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Nota de Crédito à Exportação, com o Banco Citibank S.A./Citibank N.A. - Filial Brasileira, no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos). **5. Deliberações:** Nos termos das alíneas "III", "n2" e "n3", do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, pela unanimidade de seus membros e sem quaisquer ressalvas, o Conselho de Administração resolve: **5.1.** Aprovar a Contratação, pela Companhia, do Instrumento Particular de Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Nota de Crédito à Exportação, com o Banco Citibank S.A./Citibank N.A. - Filial Brasileira, no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos), cujas condições da negociação constarão do Contrato a ser arquivado na sede da Companhia. **5.2.** Autorizar a Diretoria da Companhia a adotar todas e quaisquer medidas, praticar todos os atos e celebrar todos os documentos necessários à devida efetivação da deliberação acima. **5.3.** Por fim, foi decidido que a Ata desta reunião será lavrada na forma de forma sumária. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi apresentada ata lavrada e, depois de lida e aprovada, assinada pelos membros da Mesa e pelos conselheiros de administração presentes. Certifico que confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo/SP, 05 de maio de 2026. **JUCESP nº 215.922/26-8 em 18/05/2026.** Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 - NIRE 35.300.386.817

### Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de abril de 2026

**1. Data, Hora e Local da Assembleia:** Realizada em 24 de abril de 2026, às 9:30 horas, na sede social, situada na Avenida Presidente Altino, nº 603, conjunto nº 31, no Bairro do Jaguaré, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Editais de Convocação publicados nos jornais "Data Mercantil" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE", em suas edições de 15, 16 e 17 de abril de 2026. Presente a totalidade dos acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Angela Martins Guido Rios e secretariados pela Sra. Maria da Glória Nogueira de Sá. **4. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar conhecimento do relatório da administração, examinar e deliberar sobre as contas da diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) fixar a remuneração global anual da administração. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre aumento de capital social da Sociedade. **5. Deliberações:** Em Assembleia Geral Ordinária: Com abstenção dos legalmente impedidos, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto segue: **5.1.** Aprovar, integralmente, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicado nos jornais "Diário do Comércio" e "Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE", em suas edições de 21 de março de 2026. **5.2.** Fixar como remuneração global anual da administração o montante de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Em Assembleia Geral Extraordinária: Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto se segue: **5.3.** Aprovar o aumento do capital social da Sociedade em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), integralizados em dinheiro, sendo atribuído aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Sociedade. **5.4.** Em virtude das deliberações acima, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social é de R\$ 2.583.620,05 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil seiscentos e vinte reais e cinco centavos), dividido em 4.383.620 (quatro milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte) ações, na forma nominativa, sem valor nominal, sendo 2.191.810 (dois milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e dez) ordinárias e 2.191.810 (dois milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e dez) preferenciais." **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerradas as Assembleias, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Angela Martins Guido Rios - Presidente; Maria da Glória Nogueira de Sá - Secretária. Acionistas: Ana Lúcia Pires Martins; Patricia Martins Rodrigues; Mathilde de Assis Pires Martins; Ana Helena de Paiva Martins p.p. João Paulo de Paiva Martins; João Antonio de Paiva Martins; João Luiz de Paiva Martins; João Paulo de Paiva Martins; Maria Lúcia Martins Calheiros Ferreira p.p. Angela Martins Guido Rios; Ana Margarida Martins Calheiros Ferreira p.p. Angela Martins Guido Rios; Luis Alexandre Martins Calheiros Ferreira p.p. Angela Martins Guido Rios; Luiz Martins p.p. Angela Martins Guido Rios; Luiz Carlos Vicente Martins; Pedro Luiz Vicente Martins; Angela Martins Guido Rios; Maria Helena Martins Dias Servilha p.p. Maria dos Anjos Martins Dias; Maria Paula Martins Dias França Pinto; Maria Cecília Martins Dias p.p. Maria dos Anjos Martins Dias; Maria dos Anjos Martins Dias. Confere com o original lavrado em livro próprio. Maria da Glória Nogueira de Sá - Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 216.860/26-0 em 18/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

### Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026

**Data, Hora e Local:** Aos trinta dias do mês de abril de 2026, às 08:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bcoaina, Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, CEP 09426-900. **Mesa:** A mesa foi presidida pelo Sr. Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, com secretariado do Sr. Sandro Morais Nogueira. **Presença:** Presentes os Acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença de Acionistas arquivada em livro próprio na sede da Companhia e constante na presente Ata como Anexo I. **Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal "Data Mercantil", nas versões impressa e eletrônica, nos dias 23, 23 e 24 de abril de 2026. **Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** Os Acionistas deliberaram, por unanimidade e em observância às regras de votação previstas no Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia: (i) Aprovar das contas dos administradores apresentadas e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 273.456.485,48 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), nos termos da proposta da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) destaque da quantia de R\$ 2.881.660,15 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, seiscentos e sessenta reais e quinze centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para a conta da Reserva Legal; (b) distribuição de dividendos no montante de R\$ 122.335.003,43 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil, três reais e quarenta e três centavos), sendo: (i) o valor de R\$ 67.643.706,33 (sessenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três reais e seis centavos) e trinta e três centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, para os Acionistas detentores de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais Classe A, na proporção da quantidade de ações detidas por cada Acionista; e (ii) o valor de R\$ 54.691.297,10 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e um mil, duzentos e noventa e sete reais e dez centavos), equivalente a 20% do lucro líquido da Companhia, para os Acionistas detentores de Ações Preferenciais Classe B. Foi determinado que o pagamento será realizado mediante conversão de créditos e/ou conforme disponibilidade do caixa da Companhia e poderá ser parcelado e realizado em datas estipuladas pela Diretoria Executiva; (iii) ratificar exclusivamente a deliberação da diretoria acerca da destinação antecipada do lucro líquido apurado em 2025, relativa ao período de 1º a 31º de dezembro de 2025, com distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, isentos de imposto de renda para pessoas físicas sob a legislação vigente, até 31/12/2025 (art. 10 da Lei nº 9.249/1995), aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2026, excluindo a AGE de 29 de dezembro de 2025, com dedução das referidas antecipações dos totais ora distribuídos. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro; Secretário: Sandro Morais Nogueira. Acionistas: CBC Global Ammunition LLC; Bernardo Simões Birman. A presente ata é cópia fiel da mantida na sede da Companhia. Ribeirão Pires, 30 de abril de 2026. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** - Presidente da Mesa; **Sandro Morais Nogueira** - Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 216.114/26-3 em 18/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Fercoi S.A.

CNPJ/MF nº 60.806.460/0001-33 - NIRE 35.300.064.097

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **Fercoi S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Henry Ford, 1400, Bairro Mooca, São Paulo/SP ("Companhia"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede social da Companhia, em primeira convocação, no dia 27 de maio de 2026, às 15h30 (quinze horas e trinta minutos), a ser instalada com a presença de, no mínimo, 1/4 do capital social (1/4 do total dos votos conferidos pelas ações com direito a votos), a fim de deliberar a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a eventual distribuição de lucros e dividendos; (iii) eleger os membros da Diretoria da Companhia; e (iv) fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. São Paulo, 18 de maio de 2026. A Diretoria, Sandra Fernandes e Marta Fernandes Toschi. (19, 20 e 21/05/2026)

## Severo Villares Projetos e Construções S.A.

CNPJ/MF nº 61.432.472/0001-08 - NIRE 35.300.359.968

### Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

**Data, Hora e Local:** 30 de abril de 2026, às 10:00 horas, na nova sede social situada na Avenida das Amoreiras, nº 6312, sala 1, Jardim Novo Campos Eliseos, Município de Campinas, Estado de São Paulo, CEP: 13050-575. **Quórum de Instalação:** presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Rodrigo Malvezzi da Silva, presidente da assembleia, e Geraldo Romera Portela Silva Gomes, secretário. **Ordem do Dia: a)** exame, discussão e votação do relatório da administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2025; **b)** outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações:** colocada em pauta o item "a" da ordem do dia, foram aprovados, sem qualquer restrição, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2025, publicado no "Data Mercantil", nas versões impressa e digital, da edição de 06/02/2026. Passando ao item "b" da ordem do dia, foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal, conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Observações Finais: 1) quórum da deliberação:** aprovada por unanimidade de votos dos acionistas presentes; **2) arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; **3) encerramento:** esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da companhia, conforme comprovam as assinaturas lançadas no livro de Presença de Acionistas. Na qualidade de Secretário da assembleia declaro que a presente certidão é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Rodrigo Malvezzi da Silva - Presidente da Assembleia; Geraldo Romera Portela Silva Gomes - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 216.686/26-0 em 19/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 - NIRE 35.300.361.130 - Companhia aberta

### Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2026

**1. Data, Hora e Local:** Aos 5 (cinco) dias do mês de maio de 2026, instalada às 14h00, na sede social da Azul S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040. **2. Convocação e Presença:** A reunião foi convocada nos termos do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, e devidamente instalada em primeira convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Membros do Conselho de Administração presentes: David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Gilberto de Almeida Peralta, Daniella Marques Consentino, Renata Faber Rocha Ribeiro, Patrick Wayne Quayle e John Peter Rodgerson. **3. Mesa:** David Gary Neeleman - Presidente; Edson Massuda Sugimoto - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a recomendação, pelo Comitê Estratégico, referente à nomeação de um novo Membro Independente para o Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia; (ii) a confirmação e ratificação da independência de Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Gilberto de Almeida Peralta, Daniella Marques Consentino e Renata Faber Rocha Ribeiro como membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) a ratificação da Política de Clawback Dodd-Frank da Companhia, conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na data de 07 de dezembro de 2023, a fim de cumprir a Regra 811 do NYSE American Company Guide e Seção 303A.14 do NYSE American Listed Company Manual. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após a discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) Tendo em vista a renúncia do Sr. James Jason Grant, norte-americano, administrador, portador do passaporte nº 544372630, do cargo de Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia, conforme carta de renúncia devidamente arquivada na sede da Companhia, consignar a referida renúncia e aprovar, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, e conforme recomendado pelo Comitê Estratégico da Companhia, a nomeação do Sr. Sérgio Eraldo de Salles Pinto, brasileiro, casado, bacharel em economia e engenharia, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.207.988-1 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 317.309.901-00, para o cargo de membro independente do Comitê de Auditoria da Companhia, para um mandato com início na presente data e término no dia 02 de maio de 2027, concomitantemente com o final do mandato dos membros atuais do Comitê de Auditoria da Companhia, nos termos do item 2.5 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia. Tendo em vista a deliberação ora aprovada, a composição do Comitê de Auditoria Estatutária, com 3 (três) membros e um mandato unificado de 2 (dois) anos, iniciado a partir de 02 de maio de 2025, passa a ser a seguinte: (a) Membro Independente e Coordenador: Sr. Gilberto de Almeida Peralta, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 43.612.183 IFF/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 446.658.817-15, com endereço comercial no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park; Tamboré, CEP 06460-040; (b) Membro Independente: Sra. Renata Faber Rocha Ribeiro, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 29.810.675-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 215.671.488-67, com endereço comercial no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040; e (c) Membro Independente: Sr. Sérgio Eraldo de Salles Pinto, brasileiro, casado, bacharel em economia e engenharia, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.207.988-1 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 317.309.901-00, com endereço comercial no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040. Os membros do Conselho de Administração registram, ainda, que, em atendimento aos requisitos legais e regulatórios da NYSE e Securities and Exchange Commission, o Sr. Sérgio Eraldo de Salles Pinto, nomeado neste ato para o cargo de Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia, e o Sr. Gilberto de Almeida Peralta, membro atual do Comitê de Auditoria da Companhia, são qualificados como especialistas em finanças no comitê de auditoria (audit committee financial experts) para fins do Item 407(d)(5)(ii) e (iii) do Regulation SK sob o U.S. Securities Act of 1933, Regra 803B(2)(iii) do NYSE American Company Guide e Seção 303A.07 do NYSE American Listed Company Manual, em vista da intenção da Companhia de listar suas ações ordinárias e American Depositary Shares representando tais ações ordinárias na NYSE American, LLC ("NYSE American") ou New York Stock Exchange LLC ("NYSE") no momento apropriado, levando em consideração as condições de mercado (a "Listagem na NYSE"). (ii) Confirmar e ratificar, em atendimento aos requisitos legais e regulatórios da NYSE e Securities and Exchange Commission, que os membros do Conselho de Administração Sr. Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Sr. Gilberto de Almeida Peralta, Sra. Daniella Marques Consentino e Sra. Renata Faber Rocha Ribeiro, não mantêm qualquer relacionamento que interfira no exercício de julgamento independente no desempenho de suas responsabilidades como membros do Conselho de Administração da Companhia, para os fins da Regra 803A(2) do NYSE American Company Guide, Seção 303A.02 do NYSE American Listed Company Manual, e Regra 10A-3 do U.S. Securities Exchange Act of 1934, em conexão com a Listagem na NYSE; e (iii) Ratificar, em atendimento aos requisitos legais e regulatórios da NYSE e Securities and Exchange Commission, a Política Clawback Dodd-Frank da Companhia, conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na data de 07 de dezembro de 2023, para os fins da Regra 811 do NYSE American Company Guide e Seção 303A.14 do NYSE American Listed Company Manual. **6. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura de presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa:** David Gary Neeleman - Presidente; Edson Massuda Sugimoto - Secretário. **Membros do Conselho de Administração presentes:** David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Gilberto de Almeida Peralta, Daniella Marques Consentino, Renata Faber Rocha Ribeiro, Patrick Wayne Quayle e John Peter Rodgerson. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Barueri, SP, 5 de maio de 2026. **Edson Massuda Sugimoto** - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 215.928/26-0 em 18/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Campen Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.701.144/0001-82 - NIRE 35.300.490.703

### Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2026

**Local, Data e Hora:** Na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.601, conjunto 41, Jardim Paulista, CEP 01452-924, no dia 27 de abril de 2026, às 9 horas. **Convocação, Presença e Participações Prévias:** Convocação dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, em vista da presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque; Secretário: André Reginato. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a orientação de voto: da Companhia, na qualidade de acionista da Companhia Nitro Química Brasileira ("CNQB"); nas matérias a serem deliberadas pela Assembleia Geral Ordinária da CNQB a ser realizada em 30 de abril de 2026 (a "AGO da CNQB"). **Deliberações Tomadas pela Totalidade do Capital Social Votante:** Instalada a Assembleia e procedida à leitura da Ordem do Dia, os acionistas, por unanimidade de votos, aprovaram as seguintes deliberações, sem quaisquer reservas ou ressalvas: Aprovaram a orientação de voto afirmativo da Companhia na AGO da CNQB em relação a todas as matérias objeto da respectiva ordem do dia, quais sejam: (a) Deliberar sobre as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras (DFs) da CNQB referentes ao exercício social encerrado em 2025; (b) Fixar a Remuneração Global dos Administradores da CNQB para o ano de 2026; (c) Eleger os membros do Conselho de Administração da CNQB; (d) Deliberar sobre o resultado apurado pela Diretoria a título de EBITDA da CNQB em 2025, nos termos do Estatuto Social; e (e) Deliberar sobre o Endividamento Líquido da CNQB previsto para o exercício de 2026, nos termos do respectivo Estatuto Social. Consignaram, ainda, que (i) a presente ata serve, nos termos do acordo de acionistas da CNQB arquivado na respectiva sede social, como orientação de voto a ser observada pelo Faro Capital Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (CNPJ nº 13.368.108/0001-83) ("Faro FIP") na AGO da CNQB, devendo o Faro FIP votar no mesmo sentido da Companhia em relação a todas as matérias objeto da respectiva ordem do dia; e (ii) quanto à matéria da alínea (c) acima, que os acionistas da Companhia expressamente aprovam e autorizam o voto favorável da Companhia e do Faro FIP à eleição, na AGO da CNQB, de chapa para o Conselho de Administração composta, nesta data, por apenas 1 (um) Conselheiro Independente, ficando estabelecido que a indicação do segundo Conselheiro Independente ocorrerá em Assembleia Geral da CNQB a ser oportunamente convocada, nos termos do referido acordo de acionistas. **Declarações Finais:** Foi autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada e assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia. **JUCESP nº 215.585/26-4 em 14/05/2026.** Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Avanço S.A. Indústria e Comércio de Máquinas

CNPJ/MF nº 43.297.852/0001-03 NIRE 35300007956

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da **Avanço S.A. Indústria e Comércio de Máquinas**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Wilson, nº 3.544, Independência, CEP 04220-000 ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **29/05/2026, às 14.00 horas**, na sede social da Companhia, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Deliberar sobre a dissolução da Companhia, nos termos do artigo 206, inciso I, alínea "c", da Lei nº 6.404/76; **2.** Deliberar sobre a instauração do processo de liquidação da Companhia, nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei nº 6.404/76; **3.** Deliberar acerca da nomeação do liquidante da Companhia e atribuição de poderes para condução da liquidação; **4.** Deliberar sobre a manutenção ou não do Conselho de Administração durante o período de liquidação; e **5.** Deliberar sobre outras providências necessárias à formalização e condução do processo de liquidação da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias constantes da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, nos termos da legislação aplicável. São Paulo, 19/05/2026. **Alberto Orizio** - Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 22/05/2026)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Recovery do Brasil Consultoria S.A.

CNPJ/MF nº 05.032.035/0001-26 – NIRE 35.300.388.747

**Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas cumulativamente em 30 de abril de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Dia 30 de abril de 2026, às 10:00 horas, por videoconferência, de forma digital, em conformidade com as disposições do parágrafo único, do artigo 121 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme alterada pela Lei Federal nº 14.030/2020. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação face à presença do único acionista representando a totalidade do capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei das S.A., conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **3. Aviso Ao Acionista:** Dispensada a publicação, conforme art. 133, § 5º, da Lei das S.A. **4. Composição da Mesa:** Presidente: Thaís Palma Moreira. Secretária: Carolina Vieira de Lima. **5. Ordem do Dia:** a) Deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato que vigorará até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2027; b) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; c) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e distribuição de dividendos; d) Revisar e ratificar a remuneração global dos Administradores da Companhia paga em 2025; e) Estabelecer a remuneração global dos Administradores da Companhia para o ano de 2026; e) Deliberar sobre a destinação da quantia excedente na Reserva de Lucro, superior ao Capital Social da Companhia, aumentando, desta feita, o Capital Social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social. **6. Deliberações Tomadas pelo Acionista em Pauta Ordinária:** As seguintes matérias foram aprovadas, pelo acionista presente, conforme abaixo estabelecido: (a) O acionista aprovou o Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, publicadas no dia 18 de abril de 2026, no Jornal Data Mercantil, no valor total de R\$ 34.877.652,25 (trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), deduzida da parcela equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, no valor de R\$ 1.743.882,61 (um milhão, setecentos e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos) destinada à constituição da reserva legal, na forma do art. 193 da Lei das S.A., restando, desta forma, a importância de R\$ 33.133.769,64 (trinta e três milhões, cento e trinta e três mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), que será destinada da seguinte forma: (i) a título de dividendo obrigatório, distribuir a parcela equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, no importe de R\$ 9.940.130,89 (nove milhões, novecentos e quarenta mil, cento e trinta reais e oitenta e nove centavos) podendo haver distribuição de nova parcela de dividendos se assim entender e votar o acionista da Companhia; e (ii) o restante, no montante de R\$ 23.193.638,75 (vinte e três milhões, cento e noventa e três mil, seiscentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), será destinado à Reserva de Lucros, sem prejuízo da eventual declaração ulterior de dividendos à conta da Reserva de Lucros. (c) Eleger os Srs.: (i) **Bruno Russo Franco**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 54.507.584-1 e CPF/MF nº 315.950.428-06, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 1294, 18º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-100, para o cargo de Diretor Presidente; (ii) **Renato Gnecco Avelar**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.423.489-5 SSP/SP e CPF/MF nº 291.189.978-48, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 1294, 18º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-100, para o cargo de Diretor; e (iii) **Claudia Santos de Andrade Delgado**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.080.969-2 e CPF/MF sob o nº 258.480.078-02, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 1294, 18º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-100, para o cargo de Diretora, todos com mandato até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2026. (d) Registrado que os diretores eleitos apresentaram os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos arts. 146 e 147 da Lei das S.A. e na regulamentação vigente, sendo que todos os documentos foram arquivados na sede da Companhia. (e) Revisada e ratificada a remuneração global da Administração da Companhia paga em 2025, no valor de R\$ 4.731.124,00 (quatro milhões, setecentos e trinta e um mil e cento e vinte e quatro reais). (f) Fixada a remuneração global da Administração da Companhia, referente ao exercício social de 2026, no montante estimado de R\$ 5.480.238,00 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta mil e duzentos e trinta e oito reais), correspondente exclusivamente às verbas remuneratórias decorrentes de natureza trabalhista devidas aos diretores em razão dos vínculos empregatícios mantidos com a Companhia, inexistindo pagamento de pró-labore, honorários ou qualquer outra forma de remuneração de natureza estatutária pelo exercício dos respectivos cargos. **7. Deliberação Tomada pelo Acionista em Pauta Extraordinária:** A seguinte matéria foi aprovada pelo acionista da Companhia, conforme abaixo estabelecido: (a) Aprovada e homologada a capitalização do montante de R\$ 12.300.000,00 (doze milhões e trezentos mil reais), consignados na Reserva de Lucro da Companhia, nos termos do art. 199 da Lei das S.A., passando o Capital Social do montante de R\$ 140.100.000,00 (cento e quarenta milhões e cem mil reais) para R\$ 152.400.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões e quatrocentos mil reais) sem emissão de novas ações. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada ata que se refere a presente Assembleia Geral, que, depois de lida, foi aprovada e assinada pelos membros da mesa e pelo acionista látrá Unibanco S.A., representado por Carlos Orestes Vanzo. Atesto que esta é cópia fiel extraída do original lavrada em forma de sumário. São Paulo, 30 de abril de 2026. (ass.:) **Thaís Palma Moreira** – Presidente; **Carolina Vieira de Lima** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 214.280/26-3 em 14/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58 – NIRE 35.300.465.369 – Companhia Aberta – Código CVM nº. 02533-0

**Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 09 de junho de 2026**

**Allied Tecnologia S.A.** ("Allied" ou "Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada e em vigor ("Resolução CVM 81"), convocar Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **09 de junho de 2026**, às **14h30**, de forma exclusivamente presencial, na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social para atualizar o capital social da Companhia, em razão do aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia dentro do limite do capital autorizado, com a consequente consolidação do Estatuto Social; (ii) criação de um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; e (iii) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários a efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da AGE com a justificativa para a sua realização no formato presencial, o Boletim de Voto a Distância ("Boletim") e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto, conforme previsto na Resolução CVM 81, foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), em conformidade com as disposições da Lei das S.A. **Participação dos acionistas na AGE:** Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escrituradas da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei das S.A.; (i) pessoalmente; (ii) por seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos; ou (iii) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do modelo de Boletim e do item 1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária da Allied Tecnologia S.A. e do modelo de Boletim, os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). **Documentos necessários:** Os acionistas que desejem participar da AGE, que será presencial, deverão enviar para o e-mail [ri@alliedbrasil.com.br](mailto:ri@alliedbrasil.com.br), com solicitação de confirmação de recebimento, preferencialmente até às 08 (oito) horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **07 de junho de 2026**, os seguintes documentos: (i) quando **pessoa física**: documento de identidade com foto do acionista ou, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (ii) quando **pessoa jurídica**: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprovem a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) quando **fundo de investimento**: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). A Companhia esclarece que, excepcionalmente, dispensará o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização ou apostilamento, conforme o caso, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Os Boletins de voto à distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia, do depositário central ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 1.2.3 do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e no modelo de Boletim, até **05 de junho de 2026 (inclusive)**. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados. As informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na AGE, bem como a justificativa para a sua realização no formato presencial, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). São Paulo/SP, 19 de maio de 2026. **Marcelo Radomysler**, Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 21/05/2026)

## Trinity Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 17.077.752/0001-53 – NIRE 35300584465

**Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária**

**João Alberto Bertin Sanches**, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10º do Estatuto Social, c/c. o art. 123, da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária da **Trinity Energias Renováveis S/A**, a ser realizada na sede da Companhia, nesta Capital do Estado de São Paulo, na Rua Olímpias, nº134, 12º andar – Conjunto 121, CEP 04551-000, no dia 28 de maio de 2026, às 10:00 horas em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4 (três quartos) do capital social, e às 10:15 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia**. a) Considerando a ciência, pela Companhia, da decisão proferida em 6 de maio de 2026 pelo Min. André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Petição 15.873/DF – Operação Compliance Zero, deliberar sobre a suspensão dos direitos políticos dos acionistas **Green Energia Fundo de Investimento Em Participações – Multiestratégia e Espardate Energias Renováveis, Empreendimentos e Participações S/A**, nos termos do art. 120, da Lei nº 6.404/76, bem como solicitar a eles os necessários esclarecimentos sobre os fatos de elevada gravidade constantes de referida decisão. b) Aceitar a renúncia dos Conselheiros **Marcelo Tavares Faria** e **Rodrigo Piraja Cestivo**, bem como eleger novos membros para o cargo de Conselheiro de Administração da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas que assim quiserem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no Estatuto Social; a documentação referente às deliberações está à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 19 de maio de 2026. **João Alberto Bertin Sanches**, Conselheiro. (20, 21 e 22/05/2026)

## BRJ Educação S.A.

CNPJ nº 25.249.401/0001-00 – NIRE 35300493443

**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026**

**1. Data, Horário e Local:** Em 30.04.2026, às 12h, na sede da **BRJ Educação S.A.** ("Companhia"). **2. Publicações e Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do Art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("LSA"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Presenças:** Presentes a totalidade dos acionistas, representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **4. Mesa:** Presidente: Gabriel Ralston Correa Ribeiro; secretária: Paula Cristina Balleroni Morari. **5. Publicações Legais:** Demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, publicados na edição de 30 de abril de 2026 no Jornal O Dia SP, páginas 9 e 10. **6. Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31.12.2025 ("Exercício 2025"); (ii) deliberar sobre a destinação do resultado e a distribuição de dividendos à conta de lucros apurado no Exercício 2025; (iii) deliberar sobre a distribuição de dividendos complementares aos titulares de ações preferenciais; e (iv) deliberar sobre a eleição de novos membros da Diretoria. **7. Leitura de Documentos e Lavratura da Ata:** (i) dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, uma vez que são do conhecimento dos acionistas; (ii) autorizada a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da LSA. **8. Deliberações:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o que se segue: (i) Aprovar, por unanimidade e sem emendas ou ressalvas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao Exercício 2025. (ii) Aprovar, por unanimidade e sem emendas ou ressalvas, a Proposta da Administração da Companhia para a destinação do lucro líquido apurado pela Companhia no Exercício 2025, no valor de R\$ 14.352.968,48, a saber: (i) o montante de R\$ 717.648,42 será destinado à formação de reserva legal; e (ii) o saldo, no montante de R\$ 13.635.320,06, será integralmente distribuído aos acionistas titulares de ações preferenciais, à título de dividendo prioritário, nos termos do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede social. (iii) Aprovar, por unanimidade e sem emendas ou ressalvas, a distribuição de dividendos complementares aos acionistas titulares de ações preferenciais, no montante total de R\$ 2.992.874,11, a serem pagos à conta da reserva de capital da Companhia nos termos do Artigo 5º, §2º, alínea (vi) do Estatuto Social, de forma que, somados aos dividendos distribuídos conforme o item "ii" acima, o valor total dos dividendos creditados aos titulares de ações preferenciais perfazam R\$ 16.628.194,17, montante esse correspondente ao valor integral do dividendo prioritário mínimo e cumulativo devido aos titulares de ações preferenciais, conforme previsto no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas arquivado na sede social. (iv) Aprovar, por unanimidade e sem emendas ou ressalvas, a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia: a) **Leticia Moretzsohn Neuschwander**, brasileira, casada, engenheira, RG M37\*\*\*\*, CPF 848.\*\*\*-\*\*-20, com endereço comercial em São Paulo SP, na Rua Professor Vahia de Abreu, 340, Vila Olímpia, CEP: 04549-002, ao cargo de Diretora sem designação específica. b) **Rodrigo Liz Finotti**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, RG: 23.\*\*\*-\*\*-41-7, CPF: 251.\*\*\*-\*\*-11, com endereço comercial em São Paulo SP, na Rua Professor Vahia de Abreu, 340, Vila Olímpia, CEP: 04549-002, ao cargo de Diretor sem designação específica. Os Diretores ora eleitos terão mandato unificado com os atuais membros da Diretoria, composto pelo Srs.: Gabriel Ralston Correa Ribeiro (Diretor Presidente); Fabricio Ghinato Mainieri (Diretor Administrativo); Ricardo Cançado Gonçalves de Souza (Diretor Regional); Jaime Sadao Yamassaki Bastos (Diretor Regional); Paula Cristina Balleroni Morari (Diretora sem designação específica); e Leonardo Silva Amaral de Oliveira (Diretor sem designação específica). Cujos mandatos foram ratificados, devendo permanecer empossados até a reeleição ou eleição de seus substitutos, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027, para deliberar sobre as contas da administração relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2026. **9. Documentos:** Não foram submetidos à assembleia qualquer documento, proposta, declarações, manifestações de voto, protesto ou dissidência. **10. Encerramento dos Trabalhos, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes. **11. Assinaturas: Mesa:** Presidente: Gabriel Ralston Correa Ribeiro; secretária: Paula Cristina Balleroni Morari. Acionistas presentes: Bioma Educação S.A., representado por Gabriel Ralston Correa Ribeiro e Paula Cristina Balleroni Morari; e Gray Parrot Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de Responsabilidade Limitada., representado por Strata Capital Gestão de Recursos Ltda. p. Mauro Dutra e Luiz Leão. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2026. JUCESP nº 199.939/26-3 em 12/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional

CNPJ nº 58.138.058/0001-86 – NIRE 35.300.012.178

**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026**

**1) Realização e Local:** 30 de abril de 2026, às 08h00, na sede social da Companhia, situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, conjunto 82, sala 3, bairro Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-007. **2) Convocação:** Dispensadas as formalidades de publicação do Edital de Convocação, em razão da presença de 100% dos acionistas, conforme parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **3) Publicações:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram publicadas em 29/04/2026, no Jornal Data Mercantil, página 11. **4) Presenças:** Acionistas representando 100% do capital votante e do capital total, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **5) Composição da Mesa:** Presidente: Carlos Cesar Floriano e Secretário: Bruno de Oliveira Gonçalves. **6) Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (a) exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (b) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se houver; (c) determinação da remuneração dos Diretores, se houver; e (d) Eleição da Diretoria. **7) Deliberações Tomadas por Unanimidade: I. Análise, discussão e votadas as matérias constantes na Ordem do Dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas, aprovaram as deliberações da Assembleia enumeradas abaixo: (a) Relatório de Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025; (b) O lucro apurado no Balanço Patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 8.945.209,68 (oito milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e nove reais e sessenta e oito centavos), teve a seguinte destinação: (i) R\$ 447.260,48 (quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos), correspondentes a 5%, para constituição da reserva legal; (ii) R\$ 2.124.487,29 (dois milhões, cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e nove centavos), destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios; (iii) R\$ 6.343.336,43 (seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos), destinados à distribuição de dividendos adicionais; e (iv) R\$ 30.125,48 (trinta mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), destinados à reserva de retenção de lucros. (c) Foi aprovada a remuneração total da Administração paga em 2025, no valor total anual de R\$ 18.216,00 (dezoito mil, duzentos e dezesseis reais, e aprovada a remuneração para o exercício de 2026, no valor total anual de até R\$ 20.813,64 (vinte mil, oitocentos e treze reais e sessenta e quatro centavos); (d) Os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos e sem reservas, a reeleição da atual Diretoria, com mandato de 3 (três anos) tendo a seguinte composição: **Diretor Presidente: Sr. Luis Antonio Floriano**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.327.531-1 – SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 736.942.408-10, residente Santos, Estado de São Paulo e domiciliado no Município de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Imperatriz Leopoldina, nº 27, apartamento 91, bairro Ponta da Praia, CEP 11030-480; **Diretor Financeiro Sr. Luis Gustavo Batista**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.109.151-9 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 214.285.598-92, residente Santos, Estado de São Paulo e domiciliado no Município de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luis Suplicy, nº 2 apto 62 Bairro Gonzaga, CEP 11055-330. Os mandatos da Diretoria ora eleita iniciarão em 11.05.2026, com término em 10.05.2029. Os Diretores nomeados declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da Companhia, nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Estando os diretores eleitos presentes, foram empossados de imediato, mediante a assinatura dos Termos de Posse e Desimpedimento, que serão arquivados na sede da Companhia. **II.** Foi autorizada a publicação desta ata em forma de extrato. **8) Aprovação e Assinatura da Ata:** Esta ata foi lida sendo aprovada e assinada por todos os acionistas presentes: FCA Comércio Exterior e Logística Ltda., por Luis Antonio Floriano e Luis Gustavo Batista, e Carlos Cesar Floriano; pelo Presidente da Assembleia: Carlos Cesar Floriano e Secretário da Assembleia: Bruno de Oliveira Gonçalves. **9) Acionistas:** Também foram verificados o quadro atualizado de participação societária no Capital Social da Companhia, tendo a seguinte composição: Acionista: FCA Comércio Exterior e Logística Ltda., Quantidade de Ações ON: 17.651.572. Acionista: Carlos Cesar Floriano, Quantidade de Ações ON: 2.184.997. Total de Quantidade de Ações ON: 19.836.569. Certifico que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio da Companhia. **Bruno de Oliveira Gonçalves**. JUCESP nº 216.379/26-0 em 18/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.**

## Tekno S.A. - Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 33.467.572-0001-34 – NIRE 35.300.007.514

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os senhores acionistas da **Tekno S.A. - Indústria e Comércio** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 27 de maio de 2026, às 10:00 horas, **de forma exclusivamente digital**, pela plataforma eletrônica <https://teams.microsoft.com/join/330333575130146?w=aujnykne4k4Csd3rEgE>, com a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** 1. Deliberar sobre o resgate e cancelamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais remanescentes em circulação, de titularidade dos acionistas minoritários, sem alteração do capital social da Companhia, nos termos do artigo 4º, §5º da Lei nº 6.404/76; 2. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação do resgate e cancelamento das ações, incluindo a definição dos termos operacionais, pagamento do valor de resgate e demais providências correlatas. **Informações Gerais:** Tendo em vista que a Assembleia Geral será realizada na modalidade exclusivamente digital, sem a possibilidade do comparecimento físico na sede social da Companhia, os acionistas ou seus representantes legais, conforme o caso, deverão solicitar seu cadastro prévio mediante envio de e-mail ao seguinte endereço [ri@tekno.com.br](mailto:ri@tekno.com.br) até 1 (uma) hora antes do início da AGE, com o assunto "Participação na AGE de 27 de maio de 2026", apresentando, anexada a tal mensagem, a seguinte documentação que comprove sua identidade ou representação legal: • Se pessoa física: cópia simples do documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, conforme o caso; • Se pessoa jurídica: (i) cópia simples do Contrato Social ou do Estatuto Social consolidado e atualizado; (ii) cópia simples da documentação societária que comprove os poderes de representação (eleição de administradores); e (iii) cópia simples do documento de identidade com foto de seu representante legal; • Se fundo de investimento: (i) cópia simples do regulamento consolidado e atualizado do fundo; (ii) cópia simples do Contrato Social ou do Estatuto Social consolidado e atualizado da administradora ou gestora do fundo, observada a política de exercício do direito do fundo; (iii) cópia simples da documentação societária que comprove os poderes de representação (eleição de administradores) da administradora ou gestora do fundo, conforme o caso; e (iv) cópia simples do documento de identidade com foto de seu representante legal; e • Cópia simples de documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, conforme o caso. Adicionalmente, os acionistas poderão optar pela Opção de Preço 1 ou pela Opção de Preço 2, conforme definidos no Edital da Oferta Pública para aquisição de ações da Companhia, por meio de envio de e-mail para o endereço eletrônico [ri@tekno.com.br](mailto:ri@tekno.com.br) até às 18h do dia 26 de maio de 2026. Caso os acionistas não se manifestem, será pago aos acionistas a Opção de Preço 1. Os documentos e informações relativos às matérias constantes da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Guaratingueta/SP, 19 de maio de 2026. **Alexandre Khalil Hanna**, Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 21/05/2026)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

